

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Licenciatura em Farmácia

Relatório Profissional II

Alexandre Herculano de Oliveira Marques

junho | 2015



Escola Superior de Saúde

Instituto Politécnico da Guarda

RELATÓRIO DE ESTÁGIO PROFISSIONAL II

ALEXANDRE HERCULANO DE OLIVEIRA MARQUES

CURSO FARMÁCIA - 1º CICLO



Escola Superior de Saúde

Instituto Politécnico da Guarda

CURSO FARMÁCIA - 1º CICLO 4º ANO / 2º SEMESTRE

RELATÓRIO DE ESTÁGIO PROFISSIONAL II

ESTÁGIO EM FARMÁCIA COMUNITÁRIA FARMÁCIA SANTIAGO, OLIVEIRA DE AZEMÉIS

ALEXANDRE HERCULANO DE OLIVEIRA MARQUES SUPERVISOR: ANA RAQUEL TEIXEIRA DA SILVA LAGO CONRADO ORIENTADOR: MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS MARQUES ROQUE

AGRADECIMENTOS

Gostaria de dirigir os meus sinceros agradecimentos a todos os elementos envolvidos no estágio, englobando desta forma, assistentes operacionais, técnicos de farmácia e farmacêuticos da farmácia Santiago de Oliveira de Azeméis, por me terem acolhido magnificamente e esclarecido as diversas situações duvidosas ao longo da execução das diversas atividades farmacêuticas. Considero relevante dar ênfase pelo facto de que todos os docentes do curso tiveram um papel fundamental no bom desempenho do estágio, uma vez que ofereceram os conteúdos base sobre a profissão de técnico de farmácia.

PENSAMENTO "Não é o trabalho, mas o saber trabalhar, que é o segredo do êxito no trabalho. Saber trabalhar quer dizer: não fazer um esforço inútil, persistir no esforço até ao fim, e saber reconstruir uma orientação quando se verificou que ela era, ou se tornou, errada." (Fernando Pessoa)

SIGLAS

AIM – Autorização de Introdução no Mercado

ANF – Associação Nacional de Farmácias

CCF – Centro de Conferências de Faturas

DCI – Denominação Comum Internacional

ESS – Escola Superior de Saúde

FEFO - First Expired, First Out

GAP – Gabinete de Apoio Personalizado

IMC – Índice de Massa Corporal

INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P.

IPG - Instituto Politécnico da Guarda

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

MNSRM - Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica

MSRM - Medicamentos Sujeitos a Receita Médica

PC – Preço de Custo

PCHC – Produtos Cosméticos e de Higiene Corporal

PIC - Preço Impresso na Cartonagem

PRM – Problemas Relacionados com Medicamentos

PVF - Preço de Venda à Farmácia

PVP - Preço de Venda ao Público

RCM – Resumo das Características do Medicamento

RNM – Resultados Negativos associados à Medicação

SIGREM – Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens e de Medicamentos

SNS – Sistema Nacional de Saúde

UC - Unidade Curricular

ABREVIATURAS

% – por cento (percentagem)

°C – graus celsius

Desp. – despacho

Dr.a – doutora

ÍNDICE DE FIGURAS

	Página
Figura 1 – Reciclador de moedas.	8
Figura 2 – Reciclador de notas	8
Figura 3 – Decisão do fornecedor aquando da receção de uma devolução	13
Figura 4 – Dispositivos médicos	25
Figura 5 – Percursos dos medicamentos e seus resíduos	32

ÍNDICE DE TABELAS

	Página
Tabela 1 – Despachos relativos à comparticipação de medicamentos	18
Tabela 2 – Valores de referência de glicémia no plasma venoso	27
Tabela 3 – Classificação de IMC	30
Tabela 4 – Classificação dos valores de Pressão Arterial	30

ÍNDICE

	Página
INTRODUÇÃO	1
1. ORGANIZAÇÃO DA FARMÁCIA	3
1.1. LOCALIZAÇÃO, HORÁRIOS E UTENTES	3
1.2. RECURSOS HUMANOS.	4
1.3. INSTALAÇÕES	4
1.4. INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DA FARMÁCIA	6
1.5. SISTEMA INFORMÁTICO	
1.6. CAIXA AUTOMÁTICA CASHGUARD [®]	7
2. GESTÃO E APROVISIONAMENTO	9
2.1. FORNECEDORES E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	10
2.2. PROCESSAMENTO DE ENCOMENDAS.	10
2.3. RECEÇÃO DE ENCOMENDAS	11
2.3.1. Ficha de Produto	12
2.4. DEVOLUÇÕES	13
2.5. ARMAZENAMENTO.	14
2.6. CONTROLO DE PRAZOS DE VALIDADE	15
3. DISPENSA DE MEDICAMENTOS	16
3.1. MEDICAMENTOS SUJEITOS A RECEITA MÉDICA	17
3.1.1. Faturação do Receituário	20
3.2. MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS A RECEITA MÉDICA	21
4. DISPENSA DE OUTROS PRODUTOS FARMACÊUTICOS	22
4.1. PRODUTOS COSMÉTICOS E DE HIGIENE CORPORAL (PCHC)	22
4.2. SUPLEMENTOS E PRODUTOS PARA ALIMENTAÇÃO ESPECIAL	22
4.3. PRODUTOS FITOTERAPÊUTICOS	23
4.4. PRODUTOS HOMEOPÁTICOS	23
4.5. MEDICAMENTOS MANIPULADOS	23
4.6. MEDICAMENTOS E PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO	24
4.7. PRODUTOS DE PUERICULTURA	25
4.8. DISPOSITIVOS MÉDICOS.	
5. PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE	26

5.1. DETERMINAÇÃO DOS NÍVEIS DE GLICÉMIA	
5.2. DETERMINAÇÃO DO COLESTEROL E TRIGLICERÍDEOS	28
5.3. TESTE DE GRAVIDEZ.	28
5.4. DETERMINAÇÃO DO IMC	29
5.5. DETERMINAÇÃO DA PRESSÃO ARTERIAL	30
6. GESTÃO DE RESÍDUOS	31
7. FARMACOVIGILÂNCIA	33
ANÁLISE CRÍTICA	34
CONCLUSÃO	35
BIBLIOGRAFIA	36
ANEXOS.	38
ANEXO A – Validação de Pictogramas	
ANEXO B – Fatura de Encomenda	
ANEXO C – Fatura de Benzodiazepinas	
ANEXO D – Ficha de Produto	
ANEXO E – Circular de Recolha de Medicamentos	
ANEXO F – Lista de Conferência dos Prazos de Validade	
ANEXO G – Receita Médica Manual	
ANEXO H – Receita Médica Eletrónica Renovável	
ANEXO I – Receita Médica Eletrónica Não Renovável	
ANEXO J – Receita Médica Eletrónica com Exceção	
ANEXO K – Receita Médica Eletrónica com Despacho	
ANEXO L – Verso de Receita Médica	
ANEXO M – Verbete de Identificação de Lote	

RESUMO

O relatório é indispensável para a avaliação do Estágio Profissional II, uma vez que relata um período de cerca de três meses de estágio (500 horas) em farmácia comunitária.

Este documento descreve o funcionamento da Farmácia Santiago de Oliveira de Azeméis e as diversas atividades exercidas por um estudante em farmácia.

A farmácia comunitária é um espaço de saúde, onde o profissional de saúde exerce a sua atividade, estando cada vez mais direcionada à saúde do utente. Trata-se do último contato entre o doente e o profissional de saúde antes de tomar um medicamento.

A importância da atividade farmacêutica e suas funções, incluindo as atividades no circuito do medicamento, são o cerne deste relatório. Fazem parte dessas atividades, especialmente a interpretação da prescrição terapêutica e de fórmulas farmacêuticas, a sua preparação, identificação e distribuição, o controlo da conservação, a distribuição e *stocks* de medicamentos e outros produtos e a informação e aconselhamento sobre o uso de medicamentos.

A realização de estágios durante o curso de licenciatura é uma mais-valia na formação do técnico de farmácia que deve apresentar um perfil de um profissional competente, consciente, ativo e responsável.

O presente documento teve sob suporte, as aulas teóricas de inúmeras unidades curriculares (UC), diversas questões efetuadas aos profissionais de saúde da Farmácia Santiago, *sites* da internet (normas, decretos-lei, portarias, etc) e outros documentos e manuais.

INTRODUÇÃO

Este relatório foi realizado no âmbito do estágio de integração à vida profissional, componente da unidade curricular (UC) de Estágio Profissional II, pelo discente Alexandre Marques do 4º ano, 2º semestre do Curso de Farmácia – 1º ciclo, da Escola Superior de Saúde (ESS) do Instituto Politécnico da Guarda (IPG), servindo como instrumento de avaliação. Este estágio decorreu numa farmácia comunitária, mais especificamente, na Farmácia Santiago no período de 23 de fevereiro de 2015 a 12 de junho de 2015, cumprindo um total de 500 horas. O referido estágio contou com a orientação da professora Maria de Fátima dos Santos Marques Roque da ESS e supervisão da Dr.ª Ana Raquel Teixeira da Silva Lago Conrado.

O estágio é uma importante vertente de formação, permitindo ao estudante aprender e aplicar os conhecimentos adquiridos até então, integrando-se no seio da equipa multidisciplinar de saúde e em contato direto com o utente. O conteúdo funcional da profissão do técnico de farmácia é o desenvolvimento de atividades no circuito do medicamento, tais como análises e ensaios farmacológicos, interpretação da prescrição terapêutica e de fórmulas farmacêuticas, sua separação, identificação e distribuição, controlo da conservação, distribuição e *stocks* de medicamentos e outros produtos, e informação de aconselhamento sobre o uso de medicamentos. Assim, o perfil do técnico de farmácia pressupõe a existência de um profissional competente e responsável já que a sua área de intervenção é o medicamento e o utente. [1]

O estágio apresenta como objetivos gerais, que o estudante desenvolva competências científicas e técnicas que lhe permitam a realização de atividades subjacentes à profissão do técnico de farmácia no enquadramento da farmácia comunitária e também aplicar os princípios éticos e deontológicos que lhe são subjacentes. [2] Especificamente, a UC pretende que o discente reconheça a farmácia como entidade prestadora de cuidados de saúde, perceba a estrutura da farmácia em termos de espaço, equipamento e recursos humanos e que conheça o circuito do medicamento, matérias-primas e outros produtos de saúde. O estudante de farmácia deve também dominar a aplicação informática utilizada, relacionando-a com as áreas funcionais da farmácia, interpretar prescrições médicas, identificar os motivos que justificam a devolução de medicamentos, aplicar os conhecimentos teóricos e teórico-práticos sobre situações de execução prática, executar e avaliar as técnicas e métodos de acordo com os recursos disponíveis e por fim aplicar as normas de higiene/limpeza e desinfeção.

Neste relatório estão descritas todas as atividades realizadas ao longo do estágio. Este documento está organizado em vários capítulos que seguem o circuito do medicamento de forma a ser mais facilmente analisado.

No âmbito de um projeto de investigação da ESS sobre a validação de pictogramas na população idosa foram inquiridos dez utentes da Farmácia Santiago com o objetivo de colaborar na determinação dos pictogramas que melhor são compreendidos pela população idosa (**Anexo A**).

A organização do relatório está de acordo com o Guia de Elaboração e Apresentação de Trabalhos escritos da ESSG.

1 – ORGANIZAÇÃO DA FARMÁCIA

A farmácia comunitária, dada a sua acessibilidade à população, é um estabelecimento de saúde e de interesse público com o dever de assegurar a continuidade dos cuidados prestados ao doente. Na farmácia comunitária realizam-se atividades dirigidas para o medicamento e atividades dirigidas para o doente. Para que o técnico de farmácia possa realizar estas atividades, necessita de instalações, equipamentos e fontes de informação apropriadas, ou seja, necessita que a farmácia possua a estrutura adequada para o cumprimento das suas funções.

O INFARMED é a Autoridade Nacional do Medicamento e dos Produtos de Saúde que regula a legislação a cumprir por parte das farmácias em Portugal. Trata-se da autoridade competente do Ministério da Saúde, com atribuições no domínio da avaliação, autorização, disciplina, inspeção e controlo de produção, distribuição, comercialização e utilização de medicamentos de uso humano, incluindo os medicamentos à base de plantas, medicamentos homeopáticos e ainda outros produtos de saúde (produtos cosméticos e de higiene corporal, dispositivos médicos e dispositivos médicos para diagnóstico in vitro).

1.1 – LOCALIZAÇÃO, HORÁRIO E UTENTES

A Farmácia Santiago situa-se na periferia do concelho de Oliveira de Azeméis, próximo da zona industrial, encontrando-se devidamente sinalizada. Esta localiza-se na rua Tomás Costa nº 447 no bloco A, rés-do-chão.

O seu horário de funcionamento é das 9 horas às 21 horas, todos os dias da semana com a exceção do sábado que é das 9 horas às 19 horas. A farmácia encontra-se encerrada aos domingos e feriados. Para a realização deste horário, os recursos humanos dividem-se em vários turnos.

Esta farmácia abrange um diversificado tipo de utentes no que diz respeito às suas necessidades de saúde, havendo muitos clientes de "passagem" e aqueles que frequentam regularmente a farmácia. Assim existe a necessidade de amplificar a oferta para uma procura tão diferenciada, de forma a satisfazer sempre as necessidades dos utentes/clientes que a procuram. Com isto pode-se afirmar que a Farmácia Santiago não possui um público-alvo específico, isto é, abrange diferentes tipos de utentes, havendo inexistência de classes etárias, sociais ou económicas prevalentes.

1.2 – RECURSOS HUMANOS

Os funcionários da Farmácia Santiago são a peça fulcral para uma eficiente prestação de serviços aos utentes e um bom relacionamento com outros profissionais de saúde e entidades externas à farmácia.

A equipa da Farmácia Santiago é composta por sete elementos com tarefas e responsabilidades bem definidas. Esta farmácia tem como direção técnica a Dr.ª Rosalina Paula Ferreira Teixeira da Silva que também é proprietária da mesma. Existem também outras três pessoas licenciadas no mesmo curso, o de ciências farmacêuticas. Esta possui ainda um técnico de farmácia, uma assistente operacional e uma empregada de limpeza.

A gestão dos recursos humanos assume um papel fundamental para a criação de uma equipa de trabalho multidisciplinar e cooperativa, contribuindo para o cumprimento eficaz e eficiente dos objetivos estabelecidos, principalmente o da cedência de medicamentos em condições que possam minimizar o risco da sua utilização.

Para além destes elementos, a Farmácia Santiago conta ainda com consultas de nutrição, optometria e podologia, realizadas por profissionais competentes para tal.

1.3 – INSTALAÇÕES

A farmácia comunitária é um espaço onde se realizam atividades dirigidas para o medicamento e para o utente, como tal para serem realizadas atividades com a maior qualidade possível é necessário haver instalações e equipamentos adequeados.

Segundo o Diário da República, as farmácias devem ter uma área útil total mínima de 95 m², sendo que devem dispor, obrigatória e separadamente, das seguintes divisões: [3]

- sala de atendimento ao público com, pelo menos, 50 m²;
- armazém com, pelo menos, 25 m²;
- laboratório com, pelo menos, 8 m²;
- instalações sanitárias com, pelo menos, 5 m²;
- gabinete de atendimento personalizado com, pelo menos, 7 m².

O espaço físico exterior e interior da Farmácia Santiago está organizado de forma a cumprir a legislação em vigor e a responder às necessidades dos utentes.

No espaço exterior, a Farmácia Santiago encontra-se sinalizada com o símbolo "cruz verde" e com o vocábulo "farmácia". As montras possuem informações publicitárias sobre

produtos e/ou medicamentos não sujeitos a receita médica (MNSRM) e são renovadas quinzenalmente.

Relativamente ao espaço interior, a sala de atendimento caracteriza-se por ser um espaço amplo, muito bem iluminado, calmo, acolhedor e profissional.

A sala de atendimento possui uma área específica para a prestação de cuidados de saúde onde se realiza a avaliação de alguns parâmetros fisiológicos (índice de massa corporal e pressão arterial). Esta também é constituída por armários expositores e gôndolas cuidadosamente posicionados de forma estratégica por motivos de *marketing* que envolvem o local de atendimento com alguns produtos cosméticos e de higiene corporal (PCHC), artigos de higiene bucodentária, artigos de puericultura, suplementos vitamínicos, produtos de ortopedia, entre outros.

A dispensa de medicamentos e outros produtos farmacêuticos é uma das principais atividades levadas a cabo numa farmácia. A Farmácia Santiago possui assim três balcões, sendo que cada um deles contém um terminal informático, um dispositivo de leitura ótica, uma impressora de faturas/recibos e os respetivos terminais de multibanco.

Anexa à sala de atendimento, encontra-se a zona de apoio ao atendimento, isto é, o local de armazenamento da maior parte dos medicamentos pertencentes ao *stock* ativo, facilitando a organização e brevidade do atendimento. Ainda nesta sala encontra-se um frigorífico para o armazenamento de produtos termolábeis, que se devem manter entre os 2 e os 8 °C, garantindo-se assim a qualidade e preservação destes medicamentos. Nesse grupo de produtos/medicamentos estão incluídas, principalmente, as vacinas, as insulinas e alguns colírios.

O laboratório está equipado com uma pequena bancada de trabalho e uma zona de lavagem de material. Este possui algum material para a preparação de manipulados tal como, provetas, almofarizes, pórfiros, tamises, entre outros.

A Farmácia Santiago, no entanto, raramente prepara manipulados. Isto deve-se ao facto da sua dispensa ser muito pouco comum, uma vez que estes apresentam um elevado valor de custo ao utente.

Para armazenar medicamentos que necessitam de ser encomendados em grandes quantidades por elevada movimentação de *stock* ou por estarem sob ações promocionais e descontos, a Farmácia Santiago dispõe de um armazém à parte, onde todos os produtos/medicamentos estão organizados por ordem alfabética. É também neste armazém

que se faz a receção das encomendas, tendo esta zona em específico um terminal informático com um leitor ótico permite dar entrada dos produtos no *stock* da farmácia.

Na área de receção de encomendas são conferidas todas as encomendas, com o objetivo de comprovar a conformidade com as respetivas guias de remessa, tendo em conta, principalmente, o preço de custo (PC), as quantidades, os prazos de validade e as condições em que os produtos chegam à farmácia. Em relação aos medicamentos é necessário ter especial atenção se corresponde à substância ativa e forma farmacêutica pedidas. Na receção de encomendas deve-se dar prioridade aos produtos termolábeis, sendo estes, rapidamente, colocados no frigorífico.

A Farmácia Santiago possui ainda um gabinete de apoio personalizado (GAP), um escritório da direção técnica e uma casa de banho. O gabinete de apoio personalizado está reservado à determinação de parâmetros bioquímicos e à administração de medicamentos sob a forma de solução injetável.

1.4 – INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DA FARMÁCIA

No ato da dispensa de medicamentos é importante ter acesso físico ou eletrónico a informações importantes sobre indicações terapêuticas, contraindicações, interações, precauções e posologia do medicamento. Segundo a legislação portuguesa, as farmácias têm de dispor nas suas instalações, obrigatoriamente, a Farmacopeia Portuguesa. A farmácia também contém um conjunto de outros documentos indicados em legislação em vigor, pois às vezes é necessário consultar o Prontuário Terapêutico, o Índice Nacional Terapêutico, o Formulário Nacional Hospitalar, o Formulário Galénico Português, entre outros. [4]

As novas tecnologias também permitem aos funcionários consultar outras fontes de informação como é o caso da página do INFARMED via *online*.

1.5 – SISTEMA INFORMÁTICO

Atualmente é de extrema importância que as farmácias acompanhem o avanço tecnológico de forma a melhorarem a prestação de serviços e cuidados de saúde aos utentes. Assim, a farmácia dispõe de cinco terminais informáticos com o *software 4 Digital Care*[®]. Cada profissional de saúde precisa de ter um *username* e uma palavra-passe, de forma a permitir o acesso ao sistema.

O sistema informático utilizado engloba uma componente de gestão. Este sistema informático é fundamental na realização das diversas atividades farmacêuticas exercidas em farmácia comunitária, desde a gestão e receção de encomendas, processamento de devoluções, passando pela faturação, inventário e processamento do receituário, até à realização e otimização da dispensa farmacêutica.

O 4 Digital Care® tem como principal vantagem garantir um suporte de informação aos profissionais de saúde através da criação da ficha de cliente, que permite um seguimento farmacoterapêutico mais adequado e eficaz, uma vez que possibilita a consulta da terapêutica habitual, para além de permitir uma boa base de informação disponível para uma eventual interseção de dados clínicos entre a farmácia e outras instituições de saúde. Trata-se de uma ferramenta útil durante o atendimento, pois dispõe de informação atualizada e em tempo real da composição qualitativa e quantitativa, de indicações farmacêuticas, posologias, contraindicações, reações adversas e potenciais interações entre medicamentos.

O programa informático permite a elaboração de um número significativo de tarefas, entre as quais se destacam a facilidade na realização da dispensa de medicamentos e outros produtos farmacêuticos, o tratamento de várias receitas no mesmo atendimento, a consulta e anulação de vendas, a gestão de produtos através do seu *stock*, o extrato de conta corrente do utente, o controlo dos prazos de validade e a realização e receção de encomendas.

Este *software* satisfaz todas as necessidades de gestão de uma farmácia e permite gerir o medicamento em todas as fases do seu circuito, desde a sua entrada no *stock* até ao ato da sua dispensa, tornando-se assim uma ferramenta indispensável.

1.6 – CAIXA AUTOMÁTICA CASHGUARD®

Os sistemas de gestão de caixa CashGuard[®] nasceram na Suécia em 1991 (Figura 1 e 2). Foram implementados pela primeira vez em 1994. Desta forma, CashGuard[®] tornou-se líder de mercado, com mais de 20 mil unidades a operar na Europa, Médio Oriente e no continente africano. ^[5]

A marca CashGuard[®] é distribuída e implementada em todo o país em estabelecimentos pertencentes a mais diversas áreas de atividade como supermercados, tabacarias, talhos, farmácias, postos de abastecimento, bares e restaurantes, cadeias de *fast food*, entre muitos outros. ^[5]

Esta ferramenta aumenta em muito a segurança no ato do pagamento, tornando o dinheiro inacessível a partir do momento em que o cliente efetua o pagamento, desta forma há uma minimização considerável do risco de roubo em situação de assalto e elimina contagens e operações de manipulação de dinheiro, disponibilizando o troco de forma automática, excluindo assim a possibilidade da ocorrência de eventuais perdas e enganos inerentes a esta operação quando efetuada por funcionários.



Figura 1 – Reciclador de moedas ^[5]



Figura 2 – Reciclador de notas ^[5]

2 – GESTÃO E APROVISIONAMENTO

O aprovisionamento é um conjunto de tarefas que permitem dispor de todo e qualquer medicamento que um determinado doente necessita em condições adequadas para a sua utilização, garantindo desta forma a qualidade do produto com o mínimo custo possível. Baseia-se, fundamentalmente, em melhorar a eficiência, reduzindo o capital imobilizado em *stocks* e aumentando a produtividade do fator de trabalho.

Com o objetivo de cumprir a satisfação das necessidades terapêuticas dos doentes é necessário obter máxima informação sobre os produtos e medicamentos que o mercado dispõe. Assim, sempre que é introduzido um produto terapêutico ou medicamento no mercado, são recebidas por fax apresentações e/ou campanhas de lançamento do produto. Por norma, em complementaridade a estes documentos, os laboratórios procuram enviar um delegado de informação médica às farmácias no sentido de promover a venda do produto, informando também sobre produtos concorrentes que possam ser equivalentes e demonstrando quais as vantagens sobre esse.

A gestão de *stocks* dos medicamentos e outros produtos farmacêuticos é realizada informaticamente com atualização automática de *stocks*, após a realização da sua dispensa pelo *4 Digital Care*[®]. Para que ocorra uma boa gestão de *stocks* esta deve ser feita essencialmente a partir do histórico de consumos dos produtos e serviços por parte dos utentes.

Uma boa gestão de *stocks* também depende de outros fatores fulcrais, tal como a localização e o perfil da farmácia, o tipo de utentes, os hábitos de prescrição dos médicos da zona geográfica envolvente, a sazonalidade, a publicidade por parte dos *media*, a área do armazém e capital disponíveis, as bonificações atribuídas por parte dos fornecedores, as promoções dos próprios laboratórios e a regularidade de entregas.

Desta forma, mesmo devido à grande variedade de produtos farmacêuticos e dispositivos médicos disponíveis na farmácia cada um deles possui um *stock* mínimo e máximo calculados sobretudo pelo consumo do mesmo, pelo espaço que ocupam e pelo seu PC. O 4 Digital Care[®] permite gerir as entradas e as saídas, verificar a existências de produtos em armazém e ainda selecionar os produtos a encomendar proporcionando uma melhor gestão evitando as ruturas de *stock*. No entanto, apesar deste programa informático auxiliar nestes processos, é por vezes difícil calcular as quantidades a manter em *stock*, dada a imprevisibilidade de certos fatores já referidos anteriormente.

2.1 – FORNECEDORES E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Depois de analisados todos os fatores anteriormente mencionados é necessário que os produtos cheguem à farmácia e para tal é fundamental a realização de uma série de etapas.

Para todos os produtos existentes na farmácia há um *stock* mínimo e máximo definido. Sempre que se atinge o *stock* mínimo, o *4 Digital Care*[®] desencadeia o pedido de compra para o fornecedor selecionado.

Os fornecedores são fulcrais na aquisição dos produtos, uma vez que a satisfação dos utentes depende, em grande parte, deles.

A farmácia seleciona os fornecedores tendo em conta o número de entregas diárias, a pontualidade da entrega das encomendas, a abrangência da oferta de produtos, o estado de conservação em que os produtos chegam à farmácia, as vantagens de pagamento, descontos ou bonificações e facilidade de devoluções. Os fornecedores da Farmácia Santiago são a Plural, a Cooprofar e a Empifarma.

Em determinadas situações, podem também ser realizadas compras diretas aos laboratórios. Estas são feitas normalmente quando se pretende adquirir uma grande quantidade de determinado produto ou gamas de produtos, dadas as melhores condições financeiras.

2.2 – PROCESSAMENTO DE ENCOMENDAS

A elaboração de encomendas é um processo bastante importante e complexo, já que dele depende, diretamente, a continuidade dos tratamentos por parte dos utentes e a sua satisfação, sendo assim evitada a rutura de *stock*.

Consoante as necessidades, o 4 Digital Care[®] gera a lista dos produtos que atingiram o stock mínimo para efetuar uma encomenda diária. Neste momento pode-se alterar a quantidade dos produtos a pedir, muitas vezes devido a alterações no consumo e na prescrição. Esta lista é aprovada e enviada para o fornecedor através do acesso à internet.

A Farmácia Santiago faz e envia as encomendas ao fornecedor, usualmente, através do sistema informático. No entanto, também podem ser realizadas encomendas aos laboratórios por telefone quando se pretende um elevado número de produto. Estas podem-se classificar em "diárias" ou "diretas", respetivamente.

As encomendas "diárias" pretendem repor o *stock* dos produtos vendidos no dia, mas também servem para pedir novos produtos. Este tipo de encomenda é efetuada e recebida diariamente a horas definidas. As encomendas "diárias" têm como intuito a reposição dos produtos vendidos ao longo do dia, permitindo manter os *stocks*, obter maior segurança a nível de prazos de validade e não ter o risco de esgotar os produtos, possibilitando assim a satisfação da maioria das necessidades da farmácia.

As encomendas "diretas" são efetuadas quando há uma rutura brusca de *stock*. A farmácia contacta o laboratório, realizando o pedido do produto desejado na quantidade desejada e o laboratório informa se os produtos pedidos estão disponíveis, o preço dos mesmos e o tempo provável de entrega.

Sempre que se realiza uma encomenda deve-se ter em consideração o histórico de vendas, hábitos de prescrição, surtos de doenças, condições de pagamento, bónus e PC.

2.3 – RECEÇÃO DE ENCOMENDAS

A chegada das encomendas à farmácia é acompanhada com fatura em duplicado. Seguidamente é efetuada a sua validação (tendo em conta a quantidade, integridade da embalagem e prazos de validade), receção informática e posterior armazenamento. Sempre que se finaliza a receção no sistema informático deve-se verificar se o valor final da encomenda introduzida corresponde ao valor final da fatura.

Na fatura constam os dados do fornecedor e da farmácia, a descriminação dos produtos requisitados, a quantidade encomendada e a recebida, os produtos não cedidos (se for o caso), o preço de venda ao público (PVP), o preço de venda à farmácia (PVF), a percentagem de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) do produto e o total da encomenda. Quando algum produto farmacêutico encomendado não é enviado, a fatura contêm o respetivo motivo (por exemplo, em falta, esgotado, descontinuado, retirado do mercado) (**Anexo B**). Para cada produto é necessário conferir o preço impresso na cartonagem (PIC) e o prazo de validade (que no *software* informático deve ser sempre o de menor validade presente na farmácia). As faturas são guardadas na farmácia num local destinado para tal.

Os MNSRM e alguns medicamentos sujeitos a receita médica (MSRM) não contêm o PIC, deste modo, é necessário introduzir o PVP no sistema informático. Para marcar os MNSRM é necessário ter em conta a tabela de marcação de preços da farmácia (multiplicação

do PVF por um fator dependente do IVA). De seguida são emitidas etiquetas com o PVP e coladas no produto correspondente.

Os medicamentos termolábeis estão acondicionados em caixas térmicas e têm prioridade no processo de receção.

A receção de estupefacientes, benzodiazepinas e psicotrópicos exige um controlo muito maior quando comparado a qualquer outro produto farmacêutico. Estes são acompanhados, para além da fatura, por uma requisição em duplicado. Nesta requisição consta, a identificação do medicamento (marca comercial, denominação comum internacional - DCI, forma farmacêutica e dosagem), quantidade de produto pedida e recebida e o respetivo número de requisição. Esta requisição permanece na farmácia por um período de 3 anos (**Anexo C**).

Se na encomenda estiverem presentes matérias-primas, estas vêm acompanhadas do boletim de análise.

Os produtos considerados em não conformidade são rejeitados e devolvidos ao fornecedor. No caso de um produto ter sido debitado sem este ser cedido à farmácia procedese à reclamação junto do fornecedor. Normalmente, a resolução desta situação é feita através do envio do produto em causa ou do crédito do valor em falta.

2.3.1 - Ficha de Produto

A ficha de produto é fulcral na realização de diversas atividades na farmácia, principalmente na receção de encomendas e na dispensa de medicamentos. Esta ficha possui todas as informações do produto tais como o PVP, o IVA, o *stock*, o historial de compras e vendas do produto, as informações de aconselhamento do produto (posologia, interações medicamentosas, reações adversas), entre outras (**Anexo D**). O *software* atualiza automaticamente as informações que sofrerem alteração.

A ficha de produto é automaticamente pré-preenchida, tendo apenas de se estabelecer determinados parâmetros, nomeadamente o *stock* máximo e mínimo, o seu prazo de validade e o local habitual de armazenamento.

2.4 – DEVOLUÇÕES

As devoluções de medicamentos ou outros produtos farmacêuticos podem ser realizadas aos armazéns e cooperativas de distribuição ou até mesmo aos laboratórios, dependendo sempre do produto em questão.

A devolução é efetuada quando há mau estado de conservação do produto durante o seu transporte, embalagem danificada, prazo de validade muito curto, troca do produto por parte do fornecedor/farmácia durante o envio/pedido ou até mesmo quando é enviada uma circular para a retirada desse produto do mercado (**Anexo E**). Também são realizadas devoluções de produtos já existentes na farmácia cujo prazo de validade é igual ou inferior a três meses. Para tal é feito um controlo mensal dos prazos de validade, identificando os produtos cujos prazos de validade expiram dentro de 3 meses.

A devolução de produtos é acompanhada pelo número da fatura de onde vinham debitados os produtos e pela respetiva nota de devolução na qual é discriminado o motivo de devolução. A nota de devolução é impressa em triplicado, sendo que uma cópia é arquivada na farmácia e as outras duas são carimbadas e enviadas ao fornecedor. Aquando da emissão de uma devolução é gerado um código que é automaticamente enviado para as finanças.

Por último o fornecedor toma uma decisão, isto é, se aceita ou rejeita a devolução (Figura 3). Caso seja aceite, os produtos devolvidos são geralmente trocados por produtos iguais mas com prazo de validade mais alargado. Se a devolução não for aceite, os produtos são devolvidos à farmácia e contabilizados como "quebras", sendo colocados posteriormente no contentor VALORMED. O prejuízo sob estes produtos não é total, uma vez que as finanças efetuam o retorno numérico do IVA destes produtos à farmácia.

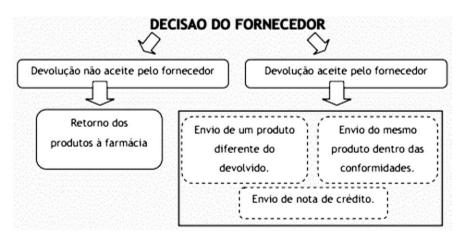


Figura 3 – Decisão do fornecedor aquando da receção de uma devolução

2.5 – ARMAZENAMENTO

A farmácia é um espaço onde existem muitos e diversos medicamentos e para que seja funcional é necessário que haja uma organização lógica e técnica de maneira a ser possível encontrá-los de forma eficiente, promovendo um serviço de qualidade com a destreza e eficácia dentro das expectativas dos utentes. Portanto, os medicamentos e outros produtos farmacêuticos, após a sua receção, são armazenados de forma acessível num ambiente com condições apropriadas, isto é, o armazenamento deve garantir as condições necessárias de espaço, luz, temperatura, humidade e segurança. Assim, os medicamentos termolábeis são conservados no frigorífico com temperaturas entre 2 a 8°C, já os medicamentos que não necessitam de refrigeração são conservados à temperatura ambiente, não sendo esta superior a 25°C. Os medicamentos fotossensíveis são armazenados na ausência total de luz. A farmácia possui um termohigrómetro que deteta a temperatura e a humidade relativa do armazém, devendo esta ser inferior a 60±5%. Desta forma o processo de armazenamento constitui uma grande responsabilidade por parte da farmácia, pois o *stock* imobilizado representa uma responsabilidade elevada em termos da garantia de condições de segurança e estabilidade.

A Farmácia Santiago organiza os MSRM, em gavetas, por ordem alfabética de denominação comercial e por DCI no caso dos medicamentos genéricos. Essas gavetas estão divididas por tipo de forma farmacêutica (comprimidos e cápsulas, formas farmacêuticas para administração injetável, soluções orais, soluções de aplicação cutânea, pomadas e cremes, supositórios, colírios e pomadas oftálmicas, entre outras). Nessas gavetas, separadamente também se encontram contracetivos orais e dispositivos médicos (agulhas e tiras de teste, seringas de alimentação, algálias, entre outros). A farmácia também possui uma série de prateleiras onde dispõe medicamentos genéricos e maioritariamente MNSRM. O armazém também consta de zonas específicas para o armazenamento de PCHC, medicamentos veterinários, leites para lactentes e outros produtos farmacêuticos. O armazenamento de todos os produtos farmacêuticos é realizado segundo a prioridade do prazo de validade, isto é, a regra do FEFO (*First Expired, First Out*). Assim, no momento do armazenamento dos produtos, deve-se ter em atenção os prazos de validade, uma vez que os que expiram mais cedo devem ser os primeiros a sair e portanto os de maior acessibilidade no momento da dispensa.

2.6 – CONTROLO DE PRAZOS DE VALIDADE

O prazo de validade consiste no intervalo de tempo durante o qual se espera que uma matéria-prima ou produto acabado cumpra as especificações de prazo de validade aprovadas, desde que tenha sido conservado nas condições definidas no rótulo da respetiva embalagem.

Os prazos de validade são sempre conferidos aquando da receção dos medicamentos e/ou produtos farmacêuticos, no entanto existe uma tarefa farmacêutica que consiste em verificar os prazos de validade de cada produto emitido numa lista de conferência dos prazos de validade (**Anexo F**). Para tal, mensalmente, é imitida uma lista que contempla todos os produtos que tenham o prazo de validade a expirar num período máximo de 5 meses o que é percebido através dos registos de entrada salvaguardados pelo *4 Digital Care*[®]. Alguns produtos que constam nessa lista e que ainda se encontram na farmácia com o prazo de validade mencionado são retirados do local de armazenamento e enviados, posteriormente, para devolução ao fornecedor respetivo.

Este processo permite efetuar uma atualização mensal do programa informático em relação aos prazos de validade e possibilita o controlo dos produtos farmacêuticos, garantindo sempre a segurança dos utentes.

Também é importante alertar os utentes, durante o ato da dispensa, para o prazo de validade de determinados medicamentos/produtos, tais como os colírios que na maior parte deles depois de abertos têm um prazo de validade próximo de um mês e os antibióticos sob a forma de suspensão oral que depois de preparados apenas são estáveis entre sete a catorze dias.

3 – DISPENSA DE MEDICAMENTOS

A dispensa de medicamentos é o ato em que o profissional de saúde, após avaliação da medicação, cede medicamentos ou substâncias medicamentosas aos utentes mediante prescrição médica ou em regime de automedicação ou indicação farmacêutica, acompanhada de toda a informação indispensável para o correto uso dos medicamentos. [7]

O profissional de saúde avalia a medicação dispensada, com o objetivo de detetar e resolver Problemas Relacionados com Medicamentos (PRM), protegendo o utente de possíveis Resultados Negativos associados à Medicação (RNM). [7]

Uma das atividades mais importantes ao nível da dispensa de medicamentos é o aconselhamento farmacoterapêutico, que se deve basear na posologia, nos cuidados a ter e possíveis interações avaliando as necessidades do utente e promovendo o uso racional de medicamentos certificando-se sempre se o mesmo ficou totalmente esclarecido. Neste ato é essencial que os profissionais de saúde estejam bem instruídos de forma a distinguirem, com base na sintomatologia, as diferentes situações que se apresentam. Esta atividade é tão complexa que apenas os conhecimentos técnico-científicos não são suficientes, sendo necessária uma postura ética para avaliar situações que vão além da terapêutica medicamentosa.

A dispensa de medicamentos deve realizar-se mediante a apresentação de uma receita médica ou em automedicação através de indicação farmacêutica de MNSRM. A qualidade deste serviço é fundamental para a adesão e cumprimento da terapêutica.

Os medicamentos de uso humano são então classificados, quanto à dispensa ao público, em MSRM e MNSRM. Estão sujeitos a receita médica os medicamentos que contemplam uma das seguintes condições: [8]

- possam constituir um risco para a saúde do doente, direta ou indiretamente, mesmo quando usados para o fim a que se destinam, caso sejam utilizados sem vigilância médica;
- possam constituir um risco, direto ou indireto, para a saúde, quando sejam utilizados com frequência em quantidades consideráveis para fins diferentes daquele a que se destinam;
- contenham substâncias, ou preparações à base dessas substâncias, cuja atividade ou reações adversas seja indispensável aprofundar;
- destinem-se a ser administrados por via parentérica.

Os medicamentos que não preenchem qualquer das circunstâncias anteriormente referidas não são sujeitos a receita médica.

3.1 – MEDICAMENTOS SUJEITOS A RECEITA MÉDICA

Os MSRM são prescritos por receita eletrónica, no entanto os médicos também podem recorrer à prescrição manual. Esta última apenas é permitida em situações excecionais como a falência informática, a inadaptação do médico, a prescrição no domicílio e quando o próprio médico prescreve até 40 receitas por mês (**Anexo G**). A receita eletrónica tem como objetivo aumentar a segurança no processo de prescrição e dispensa, facilitar a comunicação entre profissionais de saúde de diferentes instituições e agilizar processos.

A receita médica eletrónica pode-se classificar em quatro tipos distintos:

- renovável, quando os medicamentos se destinam a tratamentos de longa duração ou de doenças crónicas (apresenta um prazo de validade de 6 meses após a data de emissão, sendo constituída por 3 vias) (**Anexo H**);
- não renovável, quando se trata principalmente de medicamentos muito controlados, como por exemplo as benzodiazepinas (apresenta um prazo de validade de 30 dias após a data de emissão) (**Anexo I**);
- especial, quando se trata de medicamentos estupefacientes ou psicotrópicos, podendo estes criar toxicodependência ou ser utilizados para fins ilegais (apresenta um prazo de validade de 30 dias após a data de emissão);
- restrita, quando a sua utilização deve ser reservada a certos meios especializados, como por exemplo o hospital (apresenta um prazo de validade de 30 dias após a data de emissão).

O profissional de saúde, antes de efetuar a dispensa dos medicamentos, deve avaliar se a receita está em conformidade, isto é, se apresenta todos os parâmetros necessários preenchidos (nome do utente, número do utente, identificação do prescritor, assinatura do prescritor, data da prescrição e prazo de validade da receita médica, entre outros) e se esta segue as normas de prescrição. A prescrição de medicamentos deve incluir, obrigatoriamente, a DCI, a forma farmacêutica, a dosagem e apresentação, o número de tomas e a posologia. O prescritor poderá, excecionalmente, prescrever por denominação comercial ou nome do titular de autorização de introdução no mercado (AIM), no caso em que existam apenas medicamentos de marca ou quando o prescritor incluir uma das seguintes justificações técnicas: [9]

a) Medicamento com margem ou índice terapêutico estreito;

- b) Suspeita, previamente reportada ao INFARMED, de intolerância ou reação adversa a um medicamento com a mesma substância ativa, mas identificado por outra denominação comercial;
- c) Medicamento destinado a assegurar a continuidade de um tratamento com duração estimada superior a 28 dias.

No caso de vir descrita na receita a alínea a) ou b), anteriormente mencionadas, o profissional de saúde tem a obrigação de dispensar o medicamento referido (denominação comercial ou laboratório do genérico), caso venha descrita a alínea c) o utente pode optar por outro medicamento desde que este tenha um preço inferior àquele que é prescrito pelo médico (Anexo J).

A prescrição pode-se destinar a um pensionista que é abrangido por um regime especial de comparticipação (R, RT ou RO na receita) ou por um utente normal, sendo este abrangido pelo regime normal de comparticipação (com ou sem O na receita). Para além destes regimes de comparticipação existem ainda sistemas de complementaridade na comparticipação, isto é, casos onde o utente beneficia de uma comparticipação de duas entidades, sendo as prescrições submetidas a dois organismos que comportam parte dos custos cada uma (por exemplo Sãvida-SNS). A comparticipação pode ser parcial ou total, mediante os organismos a que são submetidos ou ainda a particularidades de medicamentos ou patologias crónicas.

O valor da comparticipação também é influenciado quando utentes apresentam condições especiais concedidas por despacho, e desta forma este deverá ser inscrito pelo médico na receita (**Anexo K**). Para determinados medicamentos, este regime especial só é aplicável se a receita for passada por um médico da especialidade. Na Tabela 1 estão alguns exemplos de despachos que influenciam a taxa de comparticipação.

Tabela 1 – Despachos relativos à comparticipação de medicamentos ^[11]

Patologia Especial	Legislação	Comparticipação
Paramiloidose	Desp. 4 521/2001 (2ª série), de 31/1/2001	100%
Lúpus	Desp. 11 387-A/2003 (2ª Série), de 23/5	100%
Hemofilia	Desp. 11 387-A/2003 (2ª Série), de 23/5	100%
Alzheimer	Desp. 13020/2011, de 20/09	37%
Psoríase	Lei n.º 6/2010, de 07/05	90%
Ictiose	Desp. 5635-A/2014, de 24/04	90%

Na dispensa de medicamentos, o profissional de saúde deve informar o utente da existência dos medicamentos disponíveis na farmácia com a mesma substância ativa (genérico e de marca), forma farmacêutica e dosagem do medicamento prescrito, bem como os que têm o preço mais baixo no mercado.

A Farmácia Santiago tem sempre disponíveis para venda, quando aplicável, três ou mais medicamentos com a mesma substância ativa, forma farmacêutica e dosagem, em que pelo menos um se inclui nos cinco preços mais baixos de cada grupo homogéneo.

No ato da dispensa o profissional de saúde também é responsável em verificar a quem se destina os medicamentos, a patologia em causa, o medicamento, as possíveis reações adversas, contraindicações, interações e precauções especiais. A qualidade da dispensa por parte do profissional de saúde é fundamental para o sucesso da terapêutica.

A dispensa de estupefacientes e psicotrópicos constitui uma elevada responsabilidade por parte do profissional de saúde, uma vez que para além de serem importantes para a medicina também estão associadas a atos ilícitos, nomeadamente ao tráfico e consumo de drogas, havendo regulamentação que estipula o uso desta classe de substâncias para fins terapêuticos. Apesar das suas propriedades benéficas estas substâncias apresentam alguns riscos, podendo induzir habituação e até dependência, quer física quer psíquica, pelo que é fundamental que a sua administração seja feita segundo indicações médicas. Assim, aquando da dispensa, é pedida a identificação do adquirente, médico prescritor e utente.

Também é necessário salientar, ainda relativamente à dispensa de estupefacientes e psicotrópicos, que de acordo com a legislação vigente, a Farmácia Santiago envia ao INFARMED, mensalmente o registo da saída de estupefacientes e psicotrópicos, trimestralmente a entrada de estupefacientes e psicotrópicos e anualmente uma relação da quantidade de benzodiazepinas existentes na farmácia e da quantidade que foi dispensada ao longo do ano. Emitem-se cópias destas listagens e arquivam-se, por um período mínimo de 3 anos. [12]

Os produtos destinados ao autocontrolo da diabetes *mellitus* devem ser prescritos no mesmo modelo de receita médica, no entanto têm que ser prescritos isoladamente tal como os estupefacientes e psicotrópicos. A comparticipação destes produtos é de 100% para agulhas e lancetas e de 85 % para tiras-teste. [13]

Os medicamentos veterinários podem ser dispensados com ou sem receita médica veterinária, no entanto não têm qualquer tipo de comparticipação, mesmo que prescritos pelo médico veterinário, tendo que ser pagos na sua totalidade. [13]

Após a dispensa dos medicamentos segue-se o processamento informático da receita de acordo com o organismo de comparticipação e a presença de portaria ou despacho. A informação relativa à venda bem como os códigos de barras relativos aos medicamentos são impressos no verso da receita. Aqui o utente deve assinar, confirmando os medicamentos que leva (**Anexo L**).

Em situações excecionais, quando está em falta alguns dos medicamentos prescritos, podem ser realizadas "reservas". Nestes casos é emitido um talão com o número da reserva bem como os medicamentos que o utente não levou. Posteriormente, após a chegada dos medicamentos à farmácia o utente pode satisfazer a reserva.

Outra situação que pode ocorrer é a realização de "vendas suspensas". Tal acontece quando o utente não tenciona levar todos os medicamentos prescritos de uma só vez, ou seja pretende deixar a receita em "aberto". Nestes casos, é emitido um talão onde consta o número da "venda suspensa", bem como os medicamentos que o utente levou. Depois, quando o utente se dirige à farmácia para levantar os restantes medicamentos, é importada a respetiva "venda suspensa" e só neste momento se avia a receita e é emitida a fatura/recibo válida para efeitos do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS).

3.1.1 – Faturação do Receituário

Na Farmácia Santiago verifica-se o receituário todos os dias de forma a analisar se está conforme com as normas de prescrição e dispensa. Após a verificação das receitas, estas são organizadas por lotes, de acordo com o organismo e/ou sistema de complementaridade correspondente. As receitas são reunidas em grupos de 30 sendo impresso o respetivo verbete de identificação de lote (**Anexo M**). No final do mês é emitida uma relação resumo de lotes.

As receitas relativas ao sistema nacional de saúde (SNS) são enviadas para o Centro de Conferências de Faturas (CCF) na Maia, sendo os lotes dos restantes organismos enviados à Associação Nacional de Farmácias (ANF). Esta associação funciona como a entidade intermediária entre os diferentes sistemas de saúde e a farmácia no momento em que é efetuado o pagamento do valor das comparticipações.

As receitas, por vezes, podem ser devolvidas à farmácia por parte do CCF, devendo o profissional de saúde efetuar as alterações necessárias nas mesmas para que haja aprovação.

3.2 – MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS A RECEITA MÉDICA

A dispensa de MNSRM tem que estar de acordo com as indicações terapêuticas que se apresentam na lista de situações passíveis de automedicação, incluídas no Despacho nº 17690/2007.

A utilização responsável de MNSRM, sempre que se destina ao alívio e tratamento de queixas de saúde passageiras e sem gravidade, com aconselhamento farmacêutico também é denominada de automedicação.

A dispensa de MNSRM tem tido cada vez mais impacto na sociedade, uma vez que traz inúmeras vantagens, nomeadamente a maior e rápida acessibilidade aos medicamentos, a diminuição dos custos para o consumidor, o maior escoamento de utentes nas unidades de saúde e até mesmo mais tempo livre por parte dos médicos para tratar situações clínicas mais graves, contudo é necessário salientar que pode haver terapêuticas inadequadas, possibilidade de ocorrência de intoxicações, administração incorreta de medicamentos, retardamento do reconhecimento de doenças e o aparecimento de efeitos indesejáveis.

Os MNSRM estão indicados para o tratamento ou prevenção de determinadas doenças. Estes devem ser usados com precaução e no ato de dispensa, o profissional de saúde deve avaliar as consequências que advêm de uma terapêutica inadequada e, principalmente, os riscos associados ao seu consumo.

Aquando da dispensa o profissional de saúde deve ter em conta a qualidade, eficácia e segurança, assegurando que o utente não tem dúvidas sobre a ação do medicamento, a forma como deve ser tomado, a duração do tratamento, os possíveis efeitos secundários, contraindicações e interações e a respetiva conservação.

O aconselhamento é realizado na prevenção e tratamento de sintomas e afeções clínicas ligeiras, autolimitadas e que requerem terapêutica de curta duração, tais como estados febris, gripes, constipações, queimaduras de 1º grau, rinorreia, tosse entre outras situações suscetíveis de automedicação. [14] No entanto, é imprescindível ter uma atenção exclusiva com determinados utentes, nomeadamente, crianças, grávidas, mulheres a amamentar, idosos e doentes crónicos, sendo, muitas vezes, necessário desaconselhar a automedicação.

4 – DISPENSA DE OUTROS PRODUTOS FARMACÊUTICOS

As farmácias não estão habilitadas apenas à dispensa de medicamentos mas também à cedência de outros produtos com atividade terapêutica e de dispositivos médicos.

4.1 – PRODUTOS COSMÉTICOS E DE HIGIENE CORPORAL (PCHC)

Um produto cosmético e de higiene corporal (PCHC) é definido como "qualquer substância ou preparação destinada a ser posta em contacto com as diversas partes superficiais do corpo humano, designadamente epiderme, sistemas piloso e capilar, unhas, lábios e órgãos genitais externos, ou com os dentes e as mucosas bucais, com a finalidade de, exclusiva ou principalmente, os limpar, perfumar, modificar o seu aspeto e/ou proteger ou os manter em bom estado e/ou de corrigir os odores corporais". [15]

A seguir aos medicamentos, estes são os produtos com maior *stock* na farmácia. A preocupação com a aparência e bem-estar tem levado a uma procura crescente deste tipo de produtos, no entanto apesar de parecerem inócuos podem também desencadear reações alérgicas. Assim, é da responsabilidade das várias empresas de PCHC dar formações sobre os seus produtos aos profissionais de saúde. Fazem parte deste tipo de produtos, os produtos hidratantes e de higiene íntima, os dentífricos, os champôs, os protetores solares, entre muitos outros.

A Farmácia Santiago dispõe de várias linhas especializadas para diferentes faixas etárias, necessidades e tipos de pele, tendo uma preocupação especial no inverno em produtos para proteger a pele das agressões do frio e na primavera/verão em anticelulíticos, adelgaçantes e protetores solares.

4.2 – SUPLEMENTOS E PRODUTOS PARA ALIMENTAÇÃO ESPECIAL

O *stress* do quotidiano leva a que, cada vez mais, os utentes sintam cansaço físico e psicológico. Desta forma, estes recorrem constantemente às farmácias à procura de suplementos alimentares, vulgarmente denominados de vitaminas.

Na farmácia comunitária também é frequente a dispensa de produtos para alimentação especial. Os leites para lactentes são os de maior expressão. Estes podem ter propriedades de

complemento para prematuros ou bebés com baixo peso corporal e podem ser hipoalergénicos, antirregurgitantes, anticólicas e antiobstipantes.

4.3 – PRODUTOS FITOTERAPÊUTICOS

Os produtos fitoterapêuticos são produtos à base de plantas. Os mais procurados nas farmácias são as infusões. Estas, consoante as plantas usadas na sua produção podem ter vários fins, como por exemplo o controlo do colesterol, da hipertensão, da obstipação, da obesidade, entre outros.

Estes produtos são bastantes procurados devido à ideia generalizada e errada de que não apresentam efeitos adversos e contraindicações. Na dispensa deste tipo de produtos, o profissional de saúde deve alertar para a necessidade de não haver um consumo abusivo destes e também para possíveis interações que possam ocorrer com os outros medicamentos.

4.4 – PRODUTOS HOMEOPÁTICOS

A homeopatia baseia-se especialmente em dois princípios, o da similitude e o da diluição infinitesimal. O princípio da similitude defende que para curar uma doença é necessário dar ao doente um medicamento, que quando administrado num indivíduo saudável lhe provocaria sintomas dessa doença. O princípio da diluição infinitesimal diz que quanto mais diluída for a substância maior é a sua eficácia. [16]

A principal vantagem do uso deste tipo de medicamentos é a ausência de efeitos secundários e uma boa tolerância por parte dos doentes, nomeadamente grávidas, crianças e idosos. [16]

A Farmácia Santiago não possui muitos produtos homeopáticos, pelo que se encontra disponível para fazer encomenda deste tipo de produtos junto dos fornecedores quando solicitada pelos utentes.

4.5 – MEDICAMENTOS MANIPULADOS

A evolução dos cuidados de saúde implica que os serviços farmacêuticos estejam cada vez mais dirigidos ao utente. Contudo, a indústria farmacêutica nem sempre consegue

colmatar essa necessidade, surgindo desta forma a área da farmacotecnia como um setor de elevada importância.

A farmacotecnia é o setor responsável pela preparação de formulações de medicamentos que se encontram indisponíveis no mercado, mas que são importantes para instaurar a terapêutica ao doente. Essas formulações são designadas de medicamentos manipulados.

Um medicamento manipulado consiste em qualquer fórmula magistral ou preparado oficinal preparado e dispensado sob a responsabilidade de um farmacêutico. [17]

A preparação de manipulados deve ser realizada pelo farmacêutico diretor técnico ou sob a sua supervisão e controlo, num espaço adequado, concebido para estes fins e localizado no interior da farmácia. Essa manipulação deve ser feita com base nas monografias descritas na Farmacopeia Portuguesa, no Formulário Galénico Português ou com base na prescrição médica (matérias-primas, procedimento de preparação, material de embalagem...).

O profissional de saúde deverá assegurar-se da qualidade das matérias-primas que utiliza. Aquando da receção das matérias-primas, estas devem-se acompanhar do respetivo boletim de análise. No boletim de análise vêm descritos os resultados de uma série de ensaios de natureza química, física e/ou microbiológica.

A dispensa de medicamentos manipulados na Farmácia Santiago é muito pouco frequente. Dado isto, durante o período de estágio não usufruí da oportunidade de preparar manipulados, que é uma atividade proposta pela UC.

4.6 – MEDICAMENTOS E PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO

A importância de cuidar da saúde de um animal não se circunscreve apenas em promover o bem-estar do mesmo, mas também o do próprio ser humano, uma vez que os animais são muitas vezes intermediários de ciclos de vida de determinados agentes patogénicos para ambos. Neste sentido, os medicamentos de uso veterinário são meios de defesa e proteção da saúde pública e dos próprios animais ao contribuírem para a prevenção da transmissão de doenças.

O profissional de saúde deve aconselhar durante o ato da dispensa deste tipo de medicamentos, considerando a dose correta (dependendo do porte e idade do animal), as interações, os efeitos secundários e as contraindicações. Este tipo de medicamentos são

identificados pela inscrição "uso veterinário" e o seu armazenamento deve ser em local distinto dos medicamentos de uso humano, para que não sejam confundidos.

A Farmácia Santiago disponibiliza alguns medicamentos desta índole, principalmente, antiparasitários, antibióticos e métodos contracetivos, no entanto, a maior parte destes produtos veterinários são cedidos em clinicas veterinárias e em cooperativas agrícolas.

4.7 – PRODUTOS DE PUERICULTURA

A puericultura dedica-se principalmente ao desenvolvimento de produtos infantis, englobando os produtos que visam satisfazer todas as necessidades dos bebés e das crianças, tanto em higiene como em conforto, tais como brinquedos, chupetas, biberões, entre outros. No aconselhamento destes produtos, os profissionais de farmácia devem ter em conta qual o material mais adequado para cada idade, de modo a proteger e promover a saúde da criança.

Nesta classe também estão incluídos os produtos para grávidas ou mulheres que tenham sido mães recentemente ou que estejam a amamentar. Estes produtos têm como objetivo promover o bem-estar e conforto da mãe e, consequentemente, do filho. Neste sentido, a Farmácia Santiago dispõe de cintas, soutiens de amamentação, mamilos de silicone, extratores de leite, esterilizadores de biberões, entre outros.

4.8 – DISPOSITIVOS MÉDICOS

Um dispositivo médico é um instrumento, aparelho, equipamento, material ou artigo utilizado isoladamente ou combinado, cujo principal efeito pretendido no corpo não seja alcançado por meios farmacológicos, imunológicos ou metabólicos, sendo principalmente utilizado para fins de diagnóstico, prevenção, controlo, tratamento ou atenuação de uma doença ou lesão. [18]



Figura 4 – Dispositivos médicos

A Farmácia Santiago disponibiliza aos seus utentes produtos ortopédicos como canadianas, meias de descanso, coletores de urina, termómetros, dispositivos de medição da pressão arterial, medidores da glicémia, entre outros (Figura 4).

5 – PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE

Uma farmácia é um local de promoção de saúde pública e prevenção da doença e não apenas um lugar onde são dispensados medicamentos. Assente neste princípio, a Farmácia Santiago tem ao serviço da comunidade a determinação e avaliação de diversos parâmetros fisiológicos e bioquímicos e a administração de injetáveis.

A Farmácia Santiago presta determinados cuidados de saúde no GAP. Muitos dos utentes que recorrem a estes serviços já são utentes habituais, pelo que se criam relações de proximidade e empatia entre estes e a farmácia.

O GAP está equipado de forma a determinar parâmetros bioquímicos como a glicémia, o colesterol e os triglicerídeos. Ainda é possível avaliar parâmetros fisiológicos como a pressão arterial, o peso corporal e a altura, isto é o índice de massa corporal (IMC). Em casos menos frequentes também é possível realizar o teste de gravidez, principalmente quando a pessoa não se sente segura para o fazer.

É importante determinar periodicamente a pressão arterial, colesterol, triglicerídeos e ainda os níveis de glucose no sangue, pois estes representam fatores de risco de doenças cardiovasculares.

O profissional de saúde representa um papel importante na interpretação dos resultados obtidos em todas as determinações e em aconselhar o utente, orientando-o para efetuar hábitos de vida saudáveis, como a prática de exercício físico e uma alimentação saudável.

5.1 – DETERMINAÇÃO DOS NÍVEIS DE GLICÉMIA

O nível da glicémia capilar é determinado através da punção digital, usando um aparelho e tiras de teste adequadas. Este teste é fundamental para o controlo da *Diabetes Mellitus* (DM) e para identificar precocemente indivíduos com diabetes, de modo a prevenir ou a atrasar as complicações desta patologia.

A DM é uma doença crónica caracterizada pelo aumento dos níveis de glicose no sangue, a hiperglicemia. A hiperglicemia deve-se em alguns casos à insuficiente produção ou à insuficiente ação da insulina e, frequentemente, à combinação destes dois fatores. Desta forma existem dois tipos de DM: DM tipo 1 e DM tipo 2.

A DM tipo 1 é causada pela destruição das células beta do pâncreas, que produzem a insulina. Se estas forem danificadas, pouca ou nenhuma insulina é produzida, ou seja, a glicose fica livre e não é regulada pela ação da insulina nas células. Esta doença ocorre geralmente em crianças ou adultos jovens, com sintomas de descompensação como a sede anormal e xerose, fome constante, feridas de difícil cicatrização e até visão turva. O tratamento da DM tipo 1 passa pela administração de insulina, adaptação da alimentação e fazer exercício físico e educar o diabético para a importância do autocontrolo da glicémia através da avaliação diária dos valores que permitem posteriormente que o doente faça o ajuste da dose de cada ingrediente do tratamento. [19]

A DM tipo 2 ocorre quando o pâncreas não produz insulina suficiente ou quando o organismo não consegue utilizar eficazmente a insulina produzida. O diagnóstico de DM tipo 2 é difícil porque é assintomática e geralmente desenvolve-se após os 40 anos de idade. O primeiro passo no tratamento da DM tipo 2 é o mais importante e implica numa alteração da alimentação, na prática de atividade física e na redução do excesso de peso. Quando não é possível controlar a DM com estes aspetos, é necessário fazer o tratamento com medicamentos e, em certos casos, utilizar insulina. [19]

Mesmo em doentes diabéticos é possível ocorrer estados de hipoglicemia. Estes doentes também devem ser controlados de igual forma. Neste caso, a primeira coisa que se deve fazer é a ingestão de açúcar, seguido de alimentos com muitos hidratos de carbono. Com o que foi anteriormente mencionado é fácil perceber a importância do controlo regular destes parâmetros, avaliando os resultados obtidos com os valores de referência apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Valores de referência de glicémia no plasma venoso [19]

	Concentração de glucose (mg/dL)	Situação		
	≥ 126	Hiperglicemia		
Jejum	110 – 125	Anomalia da glicémia		
Jejum	70 - 109	Normalidade		
	< 70	Hipoglicémia		
Pósprandial	≥ 140	Diabetes		
Тобргинии	< 140	Normalidade		

Um utente com várias determinações consecutivas acima do valor normal deve ser encaminhado para o médico de forma a despistar a possibilidade de diabetes.

5.2 – DETERMINAÇÃO DO COLESTEROL E TRIGLICERÍDEOS

O colesterol e triglicerídeos são substâncias lipídicas produzidas pelo nosso organismo, sendo por isso normal a sua presença no sangue. Por outro lado, também estão presentes nos alimentos, pelo que a ingestão excessiva destas gorduras pode tornar-se prejudicial. Por esta razão é fundamental determinar os níveis destes, como medida de controlo e identificação de indivíduos com risco de doença cardiovascular.

É importante referir que o consumo de gorduras saturadas provoca o aumento das lipoproteínas de baixa densidade (LDL) que são prejudiciais ao contrário do consumo de gorduras insaturadas provoca o aumento das lipoproteínas de alta densidade (HDL) que exercem um papel protetor.

O colesterol e triglicerídeos, à semelhança da glicémia, são determinados por punção digital. O colesterol pode ser determinado a qualquer altura do dia, pois o seu valor não é afetado pela alimentação recente, já os triglicerídeos são determinados em jejum, no mínimo de 12 horas.

Os valores ideais para o colesterol total devem ser inferiores a 190 mg/dL, enquanto para os triglicerídeos devem ser inferiores a 150 mg/dL. [20] Normalmente valores elevados de lípidos no sangue não causam quaisquer sintomas, daí ser importante efetuar um controlo regular destes valores, pois estes são os principais responsáveis pela ocorrência de doenças cardiovasculares. No caso de estes parâmetros estarem elevados, aconselha-se o utente a reduzir o consumo de gorduras, álcool, tabaco e procurar fazer exercício físico diariamente, bem como controlar mais atentamente parâmetros como a glicémia e a pressão arterial, e em último caso ir ao médico para que seja prescrito tratamento farmacológico.

5.3 – TESTE DE GRAVIDEZ

Na realização do teste de gravidez é usada a urina da utente que pretende realizar o teste, pois este teste consiste num imunoensaio qualitativo que deteta a hormona

gonadotrofina coriónica humana (hGC) presente na urina. Esta hormona é produzida pela placenta em desenvolvimento estando assim presente em quantidades elevadas na grávida.

O teste deve ser realizado com a primeira urina da manhã, dado que a hormona hGC está mais concentrada, no entanto, também se pode fazer com uma amostra obtida a qualquer altura do dia desde que estejam 4 ou 5 horas sem urinar.

O teste é constituído por uma placa de diagnóstico com uma extremidade absorvente na qual se deposita a urina. A amostra desloca-se através da tira reativa no sentido do orifício onde é apresentado o resultado e reage com os anticorpos monoclonais específicos para a hGC presentes na tira. Os anticorpos anti-hGC reagem com a hormona presente na urina formando um complexo. O resultado é positivo quando aparece uma risca na vertical. Caso não se forme o complexo corado, o resultado é negativo. Para que o resultado seja válido deve-se observar o aparecimento de uma risca na janela de controlo.

5.4 – DETERMINAÇÃO DO IMC

Na Farmácia Santiago encontra-se uma balança eletrónica na sala de atendimento. Esta mede o peso e altura, aferindo automaticamente o IMC.

O IMC estabelece uma relação entre o peso (quilograma) e a altura (metro) e é utilizado para classificar quantitativamente a obesidade, sendo calculado da seguinte forma:

$$IMC = \frac{peso (kg)}{altura^2 (m^2)}$$

A determinação do IMC é um parâmetro importante para detetar e classificar a obesidade. É cada vez mais observável esta doença em todo o mundo, tratando-se de um problema de saúde pública. Esta doença crónica deve-se a hábitos e estilos de vida da sociedade, onde se consomem cada vez mais alimentos com elevada densidade calórica e se optam por estilos mais sedentários.

O excesso de peso e de estilos de vida pouco saudáveis podem dar origem a determinadas patologias, como por exemplo a diabetes.

A classificação do IMC, aplicável a idades superiores a 18 anos, baseia-se na Tabela 3:

Tabela 3 – Classificação de IMC ^[21]

IMC (kg/m ²)	Classificação
< 18,5	Baixo peso
18,5 – 24,9	Peso normal ou recomendável
25 – 29,9	Pré-obesidade
30 – 34,9	Obesidade de Classe I
35 – 39,9	Obesidade de Classe II
≥ 40	Obesidade de Classe III

5.5 – DETERMINAÇÃO DA PRESSÃO ARTERIAL

A avaliação da pressão arterial proporciona importantes dados sobre o estado do coração e das artérias. No entanto, para registar a pressão arterial em condições normais, o utente deve evitar os esforços físicos e não comer e fumar na meia hora anterior à medição.

Na Farmácia Santiago é usado um medidor de tensão arterial automático, onde o utente coloca o seu braço esquerdo. Durante a medição, o utente não poderá falar de modo a não influenciar os valores obtidos. Este dispositivo é um método de medição oscilométrico, isto é, utiliza sensores oscilométricos que medem a vibração da pressão arterial por baixo da braçadeira. Por fim emite um talão com os valores determinados: os valores da pressão sistólica, da pressão diastólica e as pulsações por minuto.

A pressão arterial pode ser classificada de acordo com a Tabela 4:

Tabela 4 – Classificação dos valores de Pressão Arterial [22]

Categoria	Pressão sistólica (mmHg)	Pressão diastólica (mmHg)
Normal	120 – 129	80 – 84
Normal Alto	130 – 139	85 – 89
Hipertensão Estádio 1	140 – 159	90 – 99
Hipertensão Estádio 2	≥ 160	≥ 100

Os casos de hipertensão arterial são inúmeros, assim, sempre que se verifique valores de pressão arterial elevados deve-se aconselhar o utente a reduzir o consumo de sal, álcool, café e até mesmo de alimentos demasiadamente calóricos.

6 – GESTÃO DE RESÍDUOS

Os resíduos de medicamentos constituem um perigo bastante acrescido para a população. A especificidade destes produtos aconselha a existência de um processo de recolha seguro, evitando-se, por razões de saúde pública, que os resíduos de medicamentos não estejam acessíveis como qualquer outro resíduo urbano.

A VALORMED é a Sociedade Gestora do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens e de Medicamentos (SIGREM) fora de uso após consumo sem fins lucrativos. Como o próprio nome indica, esta tem como objetivo implementar e gerir um sistema integrado de gestão de resíduos de embalagens de medicamentos e respetivos resíduos de medicamentos fora de uso após consumo ou até mesmo fora do prazo de validade.

A inclusão de outros produtos que não sejam classificáveis como medicamentos, pode ser considerada a título excecional, desde que se trate de produtos equiparáveis a medicamento, se é comercializado exclusiva ou predominantemente em farmácia ou se é previamente comunicado ao Instituto dos Resíduos a sua inclusão no SIGREM.

Os consumidores devem ser sensibilizados para argumentos de saúde pública e ambiental tais como a sua própria segurança, reduzindo riscos de consumo de medicamentos fora do prazo de validade, automedicação incorreta e de acidentes domésticos, especialmente com crianças. A devolução dos resíduos de embalagens e medicamentos também contribui para a defesa da saúde pública, evitando a presença de restos de medicamentos nos resíduos urbanos de forma a contribuir para a melhoria das condições ambientais.

Na Farmácia Santiago, os resíduos de embalagens e medicamentos são colocados em contentores de recolha, sendo estes selados e entregues aos respetivos distribuidores (Figura 5). Os contentores são, primeiramente, pesados (5kg no máximo) e transportados para um centro de triagem onde aí são separados e classificados os resíduos para posterior reciclagem (papel, plástico, vidro) ou incineração (medicamentos). [22]

As taxas de recolha destes resíduos têm vindo a aumentar ano após ano. Isto deve-se às diversas campanhas de informação e sensibilização que a VALORMED tem desenvolvido junto da população, com a participação ativa e empenhada das farmácias, as quais, cada vez mais sensíveis e alertadas para a proteção e conservação do ambiente, a utilizam como local de entrega e deposição destes resíduos.

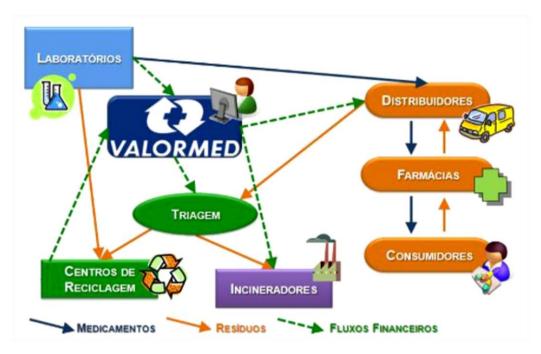


Figura 5 – Percursos dos medicamentos e seus resíduos ^[23]

7 – FARMACOVIGILÂNCIA

Antes de se efetuar um pedido de AIM realizam-se ensaios clínicos para avaliar a segurança e eficácia do medicamento. No entanto, nem sempre todos os grupos populacionais estão representados, nem todas as características individuais de resposta aos fármacos são avaliadas, pelo que, com a entrada do medicamento no mercado e o aumento substancial de indivíduos a tomar o medicamento, podem surgir reações adversas, que podem ser graves e que não tinham sido detetadas durante os estudos clínicos. Desta forma é muito importante a farmacovigilância que consiste na deteção, registo e avaliação de reações adversas graves aos medicamentos no período de pós-comercialização.

Os profissionais de saúde devem estar sensibilizados para a notificação de reações adversas ao Sistema Nacional de Farmacovigilância, pois só com um sistema de farmacovigilância a funcionar e com a participação de todos os profissionais e doentes, é possível identificar reações adversas que não tinham sido descobertas durante os estudos clínicos, permitindo que, se necessário sejam feitas alterações ao Resumo das Características do Medicamento (RCM) ou mesmo ocorrer retirada do medicamento do mercado, se a gravidade das consequências da sua utilização o justificarem.

Na Farmácia Santiago tal como em todas as unidades de saúde os profissionais de saúde podem apresentar uma notificação de farmacovigilância ao INFARMED, onde devem constar informações como, o medicamento notificado, a dosagem, a forma farmacêutica, o lote, o laboratório e a justificação da notificação, cabendo ao INFARMED a retirada ou não do medicamento em questão. Durante o período de estágio não surgiram alertas por parte dos utentes, à exceção de uma reação de hipersensibilidade a constituintes de um PCHC.

ANÁLISE CRÍTICA

Durante este período de estágio na Farmácia Santiago tive a oportunidade de fortalecer e amplificar os conhecimentos sobre o funcionamento de uma farmácia comunitária assim como de conhecimento científico.

As pessoas envolvidas no estágio acolheram-me com empenho e profissionalismo, facilitando desta forma a minha integração na farmácia.

O Estágio Profissional II proporcionou-me a realização de todas as atividades inicialmente propostas, à exceção da preparação de medicamentos manipulados que consequentemente limita os conhecimentos sobre o circuito de matérias-primas. É o único aspeto limitante a apontar do estágio realizado na Farmácia Santiago.

Ao longo do estágio fui-me adaptando com relativa facilidade às diversas atividades realizadas no dia-a-dia, sendo capaz de as realizar com autonomia.

A dispensa de medicamentos é a atividade que mais me fascina. É um desafio para o profissional de saúde isto porque este não sabe o que lhe aguarda (situação clínica). Nesta atividade é importante que o profissional de saúde esteja à vontade com o utente e que tenha confiança nos seus conhecimentos. O meu ponto fraco nesta atividade é o aconselhamento de PCHC.

O trabalho mútuo entre os recursos humanos da farmácia é saudável, uma vez que existe um grande espírito de entreajuda, promovendo assim uma boa qualidade dos serviços farmacêuticos prestados.

Na generalidade considero que a Farmácia Santiago tem um bom funcionamento e que realiza as diversas atividades com rigor, tendo como foco assegurar a eficácia, qualidade e segurança dos medicamentos.

CONCLUSÃO

O Estágio Profissional II permitiu-me desenvolver, principalmente, os conteúdos abordados na UC de Farmacologia, Farmacoterapia e Dermofarmácia. O contato com profissionais de saúde e com o ambiente de farmácia de oficina foi de extrema importância uma vez que ajudou a dissipar uma série dúvidas relacionadas com o circuito do medicamento, tornando-me mais competente na realização das diversas tarefas.

Tal como já foi referido ao longo do relatório, de todos os objetivos que me foram propostos apenas não tive a oportunidade de realizar a preparação de medicamentos manipulados, uma vez que são bastante dispendiosos para os utentes, tornando-se incomum a sua requisição.

Desta forma observei o circuito do medicamento participando ativamente na realização das tarefas de receção, gestão de *stocks*, armazenamento, controlo de prazos de validades, verificação do receituário e dispensa de medicamentos, utilizando sempre o sistema informático 4 *Digital Care*[®].

Ao longo do estágio senti maiores dificuldades no aconselhamento de PCHC. No sentido de eliminar a dificuldade anteriormente referida recomendo a parceria entre a instituição académica e algumas marcas de PCHC. As formações sobre PCHC em horário curricular seriam uma mais-valia para o estudante de farmácia.

A Farmácia Santiago possui as instalações e equipamentos adequados para a realização de todas as atividades farmacêuticas com qualidade. No entanto, de forma a facilitar o armazenamento e dispensa de medicamentos, aconselho a implementação de um robot, visto que é uma boa forma de eliminar possíveis erros que possam surgir na dispensa de medicamentos.

Os recursos humanos existentes apresentam profissionalismo e empenho na realização das tarefas a que são responsáveis, havendo uma enorme cooperação entre estes.

Um estágio em farmácia comunitária proporciona um maior contato com o utente e permite um desenvolvimento das capacidades de comunicação e interação que são de elevadíssima importância em profissionais de saúde.

Em suma, afirmo com grande satisfação que a realização do Estágio Profissional II foi uma etapa essencial no meu desenvolvimento quanto estudante de farmácia, tendo obtido uma visão da realidade do técnico de farmácia numa farmácia comunitária.

BIBLIOGRAFIA

- [1] Infarmed Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.M.d.S., *Decreto-lei nº 564/99*, 21 de dezembro Estatuto legal da carreira do Técnico de Farmácia. 1999.
- [2] ESSG, (fevereiro de 2015), Plano de Estágio Profissional II, Guarda 2015
- [3] Infarmed Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.M.d.S., *Deliberação n.º 2473/2007, de 28 de novembro (DR, 2.ª série, n.º 247, de 24 de dezembro de 2007).* 2007.
- [4] Infarmed Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.M.d.S., *Decreto-Lei n.º 307/2007 de 31 de agosto, Propriedade da Farmácia.* 2007.
- [5] CashGuard, *Quem Somos*. 2015. Obtido em 6 de abril de 2015, de CashGuard: http://cashguard.pt/?q=quem-somos
- [6] Farinha A. et al (julho setembro de 2001), *Estabilidade de Medicamentos: Conceitos e Metedologias*, LEF, Portugal 2001
- [7] Santos H. et al (junho de 2009), *Boas Práticas Farmacêuticas para Farmácia Comunitária*, 3ª edição, Ordem dos Farmacêuticos 2009
- [8] Decreto-Lei n.º 176/2006 de 30 de agosto, Estatuto do Medicamento, 2006
- [9] INFARMED (2015), *Normas de Prescrição*, Obtido em 7 de abril de 2015, de INFARMED:http://www.infarmed.pt/portal/page/portal/infarmed/medicamentos_uso_human o/prescrição_dispensa_e_utilização/Normas_prescrição.pdf
- [11] INFARMED (2015), *Medicamentos Comparticipados*, Obtido em 7 de abril de 2015, de INFARMED:http://www.infarmed.pt/portal/page/portal/infarmed/medicamentos_uso_human o/avaliacao_economica_e_comparticipacao/medicamentos_uso_ambulatorio/medicamentos_c omparticipados/Dispensa_exclusiva_em_Farmacia_Oficina

- [12] Infarmed Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.M.d.S., *Normas relativas à dispensa de medicamentos e produtos de saúde.* 2012.
- [13] INFARMED (2015), *Normas de Dispensa*, Obtido em 7 de abril de 2015, de INFARMED:http://www.infarmed.pt/portal/page/portal/infarmed/medicamentos_uso_human o/prescrição_dispensa_e_utilização/Normas_dispensa.pdf
- [14] Infarmed Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.M.d.S., *Despacho n.º 17690/2007, de 23 de Julho Automedicação.* 2007.
- [15] Infarmed Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.M.d.S., *Decreto-Lei n.º* 296/98, de 25 de Setembro. 1998.
- [16] Boiron Portugal, *O que é a Homeopatia?*. 2015. Obtido em 4 de abril de 2015, de Boiron: http://boiron.pt/homeopatia4.asp
- [17] Infarmed Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.M.d.S., Portaria nº 594/2004 de 2 de junho Boas Práticas na Preparação de Manipulados em Farmácia de Oficina e Hospitalar. 2004.
- [18] Infarmed Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.M.d.S., *Decreto-lei nº 145/2009, de 17 de junho 2009.*
- [19] PORTAL DA SAÚDE (2015), *Diabetes*, Obtido em 3 de maio de 2015, de PORTAL DA SAÚDE:http://www.portaldasaude.pt/portal/conteudos/enciclopedia+da+saude/ministeriosaud e/doencas/doencas+cronicas/diabetes.htm
- [20] Matias, L., et al. (2005). Checksaúde Guia Prático. Risco Cardiovascular: Parâmetros e Intervenção Farmacêutica., Lisboa: Associação Nacional de Farmácias. p. 17-25, 31-34, 37-39, 41-42, 63-73, 75-87, 89-101.

- [21] Dietistas, A.P.d. (2015), *Associação Portuguesa de Dietistas*. Obtido em 6 de maio de 2015, de A.P.d.: http://www.apdietistas.pt/nutricao-saude/avalie-o-seu-estadonutricional
- [22] DIREÇÃO GERAL DA SAÚDE (2015), Circular Normativa Diagnóstico, Tratamento e Controlo da Hipertensão Arterial, 2015.
- [23] VALORMED (2015), Obtido em 13 de maio de 2015, de VALORMED Processo: http://www.valormed.pt/pt/conteudos/conteudo/id/18

ANEXOS

ANEXO A – Validação de Pictogramas



Escola Superior de Saúde

Instituto Politécnico da Guarda

Validação de Pictogramas na População Idosa

Análise Crítica – Versão A

ALEXANDRE HERCULANO DE OLIVEIRA MARQUES

CURSO FARMÁCIA - 1º CICLO

Introdução

Um pictograma é um instrumento de comunicação que associa figuras e conceitos de forma resumida e esquematizada com o intuito de transmitir informações, advertências, instruções e prescrições de forma clara e simples. Este tipo de comunicação tem sido utilizado como alternativa ou complemento à linguagem falada em vários seguimentos do cotidiano, principalmente no que diz respeito ao código da estrada.

A comunicação entre o utente e o profissional e saúde é deveras importante. Para comunicar é fundamental que o utente compreenda a informação relacionada com a sua medicação. Por vezes, o utente não compreende o que o profissional de saúde lhe informa devido a diferenças entre a linguagem falada entre ambos, o nível de escolaridade e até mesmo alterações de saúde relacionadas com a idade. Por exemplo, os profissionais de saúde numa tentativa de comunicar de forma clara utilizam terminologias técnicas que são corriqueiras à sua prática, mas que podem, em muitos casos, não encontrar expressões equivalentes na linguagem comum. Assim, os pictogramas são de grande utilidade na orientação farmacêutica, uma vez que trazem benefícios ao influenciar positivamente a atenção, a compreensão, a recordação e a adesão à terapêutica.

Os conselhos dados pelo profissional de saúde em conjunto com os pictogramas será uma mais-valia para a adesão à terapêutica uma vez que permite aumentar a atenção dos utentes, compreendendo melhor as informações apresentadas e facilitando a capacidade de memorização.

Este estudo tem por objetivo determinar quais as imagens que melhor são compreendidas quando se informam os utentes idosos sobre os medicamentos tomar, a posologia, precauções e efeitos adversos associados.

Métodos

Neste estudo foram avaliados 70 pictogramas, entrevistando adultos com idade superior a 65 anos. Os pictogramas foram divididos por duas versões, A e B. Essas versões foram distribuídas de forma aleatória pelos alunos do 4º ano do curso de farmácia. O meu estudo foi realizado com base nos pictogramas da versão A.

No momento da entrevista recolheram-se alguns dados demográficos, tais como idade, género, escolaridade, entre outros. Posteriormente mostraram-se os pictogramas ao entrevistado, pedindo a sua interpretação. Após a identificação dos pictogramas, foi dito o que era suposto representar e avaliou-se a opinião da amostra numa escala de 1 a 7. Essa escala avalia até que ponto a opinião do entrevistado é coerente com o significado real do pictograma. No final o entrevistado é livre de sugerir algumas melhorias que tornem os pictogramas mais percetíveis.

Após a interpretação dos pictogramas ainda se avaliou a adesão à terapêutica de cada utente entrevistado através da utilização da escala de Morisky (MMAS-8). Para cada patologia crónica utilizou-se uma escala.

Resultados e Discussão

O estudo foi efetuado ao longo do Estágio Profissional II na Farmácia Santiago, situada em Oliveira de Azeméis. As entrevistas ocorreram entre 24 de fevereiro e 30 de maio de 2015.

Os dez utentes que foram selecionados de forma aleatória cumpriram os critérios de inclusão e aceitaram fazer parte do estudo por livre e espontânea vontade.

No início da entrevista, principalmente na recolha dos dados demográficos e na avaliação da adesão à terapêutica, os utentes demonstravam algum interesse e manifestavam-se de forma cordial pelo que lhes era perguntado. No entanto, ao longo da entrevista aumentava a desconcentração e o entrevistado apresentava sinais de profundo desinteresse. Uma prova disso é que alguns dos utentes não quiseram terminar a interpretação de todos os pictogramas.

Dos resultados obtidos, a maioria das respostas está desenquadrada da realidade, principalmente porque o utente não tem a capacidade de identificar os diversos grupos de imagens, isto é, se está em causa uma identificação terapêutica, um efeito secundário ou uma posologia. Por vezes limitavam-se a descrever as imagens de forma detalhada.

Na minha opinião penso que o questionário é demasiado extenso, uma vez que para cada um foram precisos mais de 30 minutos. Também considero alguns pictogramas confusos e difíceis de interpretar.

Como forma de melhorar a validação destes pictogramas, penso que seja benéfico dividi-los por grupos e definir uma cor a cada grupo, como por exemplo indicações terapêuticas a azul, afeitos adversos a vermelho, posologias a verde, etc. Acho também que seria mais benéfico dividir os 70 pictogramas por mais versões, pois assim o questionário não seria tão extenso e era uma forma de interrogar mais utentes.

Conclusão

A comunicação visual é uma importante possibilidade de aplicação na área médica e farmacêutica, principalmente nas ações desenvolvidas em âmbito público, como as relações entre os utentes e os medicamentos. O objetivo principal da comunicação visual é criar mensagens que permitam "dizer" algo a alguém, esperando uma resposta desse sujeito. Considerando a criação e o uso prático dos pictogramas, as mensagens transmitidas devem suficientemente claras e livres de ambiguidades.

Os pictogramas em estudo tentam auxiliar a comunicação das instruções do uso de medicamentos, com o objetivo de aumentar a atenção e a compreensão das prescrições médicas, principalmente no que diz respeito às informações básicas, tais como, a via e frequência de administração, cuidados com a sua utilização, reações adversas, entre outras. Estes fazem parte de um programa de ações que visam a cooperação dos utentes no seu tratamento médico sendo utilizados como instrumentos complementares às instruções verbais disponibilizadas pelos profissionais de saúde.

Na minha opinião o uso de pictogramas é uma grande forma de educar e aconselhar os utentes no sentido de motivá-los a aderirem corretamente ao tratamento, isto é, incentivar à adesão terapêutica. O benefício esperado é uma melhoria na qualidade de vida dos utentes, uma vez que aumenta a consciência quanto à importância da continuidade da terapêutica medicamentosa.

Com a realização dos questionários tive a perceção de que alguns dos pictogramas eram bastante complexos, levando a uma maior distração para utentes com um nível académico baixo. Alguns dos pictogramas que considero complexos e que tiveram maior percentagem de adivinhação errada são:

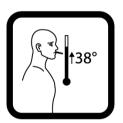






A ilação que se pode retirar deste estudo da validação de pictogramas é que os desenhos ou fotografias devem ser o mais simples possível e que o uso dessas mesmas imagens deve estar associado a uma linguagem clara.

Em contrapartida também se pode afirmar que houve uma boa percentagem de acerto em alguns pictogramas, tais como:







As imagens mais simplificadas chamam a atenção do utente e a linguagem utilizada em conjunto com as imagens permitem que os pictogramas sejam compreendidos com maior facilidade.

No que diz respeito à aplicação da escala de Morisky pode-se afirmar que a maioria dos utentes entrevistados estão a ser bem orientados e não apresentam grandes dificuldades na toma dos seus medicamentos.

A aplicação do projeto na Farmácia Santiago decorreu dentro da normalidade, contudo fizeram-se sentir algumas dificuldades pelos motivos referidos ao longo desta análise crítica.

ANEXO B – Fatura de Encomenda

Plural - Cooperativa Farmacêutica, Crl



Fatura

Doc N°: 8201384461 Data: 22.04.2015

Cliente: 13120

NIF: PT188487492

Carga: Eiras / 23.04.2015 / 05:00

Descarga: Santiago de Riba - UL

Moeda: EUR13120024337

Farmácia Santiago

FARMÁCIA SANTIAGO-DRA.ROSALINA P.F.TEIXEIRA DA SILVA

Dra. Rosalina Paula Ferreira Teixeira da Silva

R. Tomás Figueiredo Araújo Costa

3720-515 - Santiago de Riba - UL

5830989 ZOLOFT COMP 50MG X 20

Duplicado

634.23 Transporter kboK - Processado por programa certificado n. *631/AT PVA (**) Desc. % PrLigUn. PVP Baque Cód. Designação OEnc. OForn. 1 1 8,35 5.61 6,25 TESSS 3520186 ZADITEN COLIRIO 0.025% SML 25.15 33,36 22,54 25.15 75559 5410600 ZOELY COMP REV 2.5MG+1.5MG X 84 Produtos não fornecidos: 3892692 GLIMEPIRIDA DIAPIRIDE MG COMP 2MG X 60 Esgotado 7383109 APTAMIL 1 LEITE 1,2KG Regotado 5020474 ATORVASTATINA SANDOZ MG COMP 10MG X 56 Esgotado 5478037 LANSOPRAZOL MYLAN MG COMP OROD 30MG X 56 Esgotado 5193420 LERCANIDIPINA GENERIS MG COMP 10MG X 56 Esgotado 5020573 ATORVASTATINA SANDOZ MG COMP 20MG X 28 Esgotado Esgotado 8537308 MIGRALEVE COMP 500MG X 12 Esgotado 5084371 AVAMYS SUSP PULV NASAL 27,5MCG 120D 2494185 MINIGESTE COMP REV 3 X 21 Esgotado 3152881 AZOPT COLIRIO 1% X 5ML Esgotado 6191296 BD MICRO-FINE+8MM AGULHAS X 100 PVSNS Esgotado 8988824 MYSOLINE COMP 250MG X 60 Aquardanos 5239587 CEFUROXIMA SANDOZ MG COMP 500MG X 20 Aguardanos Esgotado 9570044 OLCADIL COMP 2MG X 20 Esgotado 9570051 OLCADIL COMP 2MG X 60 2798585 CERAZETTE COMP REV 75MCG 3X28 Esgotado 9588822 CLAVAMOX COMP REV 500MG X 16 Esgotado 4410783 PANTOPRAZOL ALTAN COMP 40MG X 56 Esgotado 8630863 PULMICORT NASAL TURBO INAL 100MCGX200D Esgotado 8326306 CLORETO POTASSIO DRG RET 600MG X 40 Esgotado Esgotado 5325980 TERMYCOL MG COMP 250MG X 28 Esgotado 2311686 DALACIN V CR VAG APLIC 2% 400 X 7 5149984 TESTIM GEL BNG 50MG X 5G X 30 Esgotado 5158571 DESAY MG COMP 30MG X 10 Esgotado Não comercializ. 5320213 DESOGESTREL+ETIN GENERIS MG 0,15+0,03X63 Esgotado 7732206 TIMEROSAL TINTURA 30ML PL FARLAR Esgotado 9545814 TINSET COMP 30MG X 20 Esgotado 8507038 DIANE 35 DRG 3 X 21 Esqotado 9541110 EDOLGLAU COLIRIO 2,5MG/ML 10ML Esgotado 9005405 TOFRANIL COMP REV 10MG X 60 4273082 EFEXOR XR CAPS RET 75MG X 30 Esgotado 8770115 TRI GYNERA DRG 3 X 21 Regot ado Descontinuado 2255784 UBIZOL CR 0.05% 30G 9444109 EURAX LOCAO 10% 50ML Esgotado Esgotado 4009288 URISPAS COMP REV 200MG X 15 Escotado 2285187 EUSTIDIL INALADOR AER NASAL 50MCG 120 D 7364596 VIMAGNESIUM COMP X 30 2224582 FLIXOTAIDE INALADOR OR 125MCG 120 DOSES Esgotado Esqotado 5487228 FORXIGA DAPAGLIFLOZINA COMP REV 10MG X 2 Esgotado 4576385 ZITHROMAX COMP 500MG X 2 Esgotado Descontinuado 2521284 ZITHROMAX COMP 500MG X 3 6190850 G LANCETS NO-DOL LANCETAS X 200 PVSNS Esgotado 5017827 ZITHROMAX GRANULADO LP 2G X 1 2410587 GINSANA CAPS 100MG X 60 Esgotado

rt.36",n"5,Al.f) CIVA-	Os bens e serviços constantes o	deste documento fo	ram votocados à disposição do adquirente	na data do mesmo
Taxa		Incidência	Valor IVA	N sujeito ded.	121,05
6	١.	656,39	39,36	Desconto	5,15-
23	*	2,99	0,69	Valor s/IVA	659,38
				Valor IVA	40,05
				Total	699,43
					FT 190

^{**} PVA acrescido da taxa sobre a comercialização de medicamentos.

5715685 GLIBENCLAMIDA GENERIS MG COMP 5MG X 60

Se a fatura for liquidada até 26.04.2015 beneficia de um desconto financeiro de 31,57 Eur. O praso para reclamação é de 5 días após data de emissão. O documento é considerado confirmado no final desse período. Para mais informações consulte a sua àrea de cliente em www.plural.pt

CAMPANHA ESPECIAL

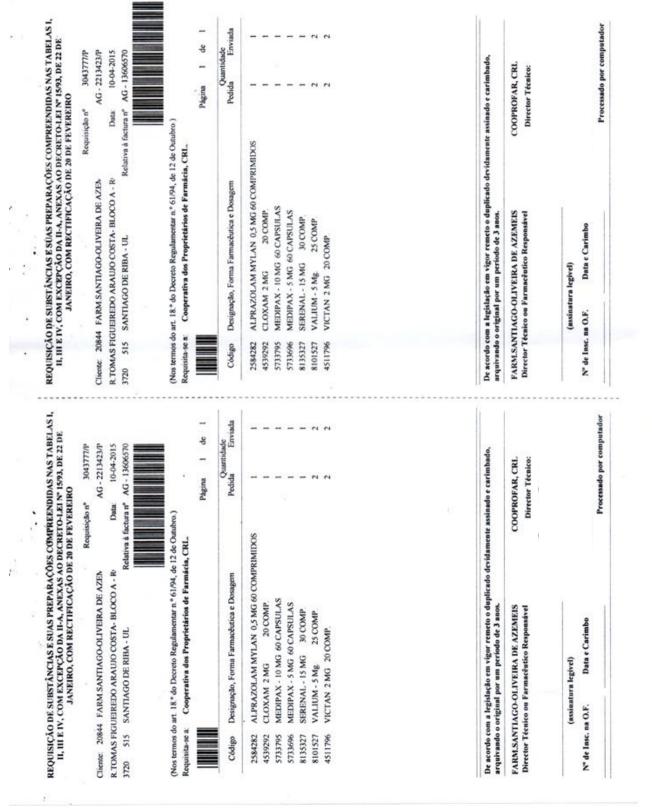
MIX DE 6 UNIDADES

TODOS OS PRODUTOS ZENTEL Desconto:

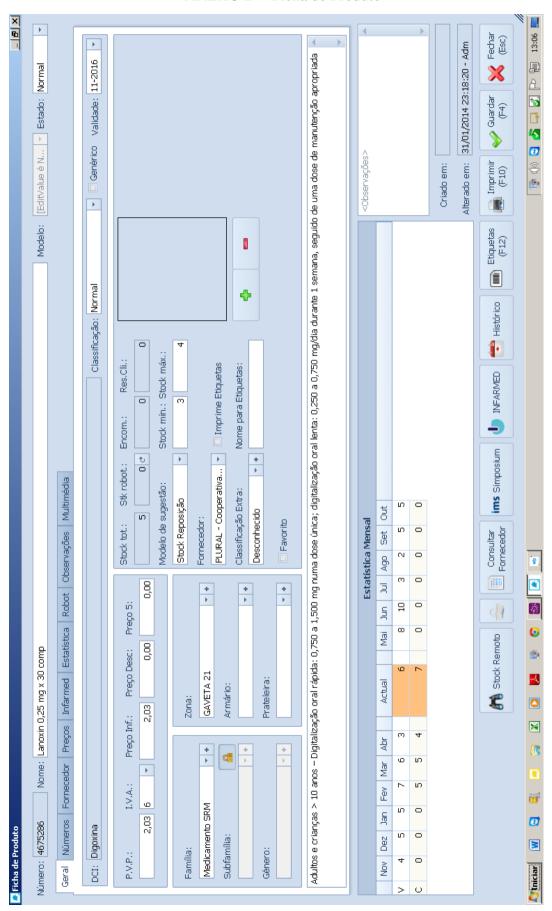
Escotado

Válida de 15.04.2015 a 30.04.2015, limitada ao stock existente.

ANEXO C - Fatura de Benzodiazepinas



ANEXO D – Ficha de Produto





Circular N.º 06/15

Data	03	03/	201	.5

Assunto Recolha de Medicamentos

Produtos Alvo

- Olcadil 2 mg, 20 comprimidos, n.º de registo 9570044 lotes 14CQ050, validade 02/2015; 14EQ001, validade 04/20154; 14FQ047, validade 05/2015; 14IQ119, validade 08/2015; 14JQ128, validade 09/2015
 - Olcadil 2 mg, 60 comprimidos, n.º de registo 9570051 lotes 14CQ050, validade 02/2015; 14EQ001, validade 04/20154; 14FQ047, validade 05/2015; 14IQ119, validade 08/2015; 14JQ128, validade 09/2015
- 2. Rivastigmina Generis 4,6 mg/24h, sistema transdérmico, 7 saquetas, n.º de registo 5582119 Rivastigmina Generis 4,6 mg/24h, sistema transdérmico, 30 saquetas, n.º de registo 5582127
 - Rivastigmina Generis 9,5 mg/26h, sistema transdérmico, 30 saquetas, n.º de registo 5582010

Entidades Notificadoras

- 1. Novartis Farma Produtos Farmacêuticos S.A.
- 2. Generis Farmacêutica S.A.

Ocorrências de Origem

- 1. Esta ordem de recolha tem como motivo a deteção de valores fora das especificações para o doseamento e para o composto de degradação no ensaio de estabilidade.
- 2. A presente ordem de recolha decorre da decisão do Tribunal Arbitral, com consequente abstenção da comercialização dos referidos medicamentos por parte da empresa Generis Farmacêutica S.A.

Prazos de Validade

Farmácia Santiago 188487492

Codigo	Produto	Localização	Exist.	Stk. R.	Validade	N. Validade	Qtd. De
304766	A Cerumen Sol 2ml x 10		7	0	05-2015	-	
5565796	A Derma Atopicas Exomega Oleo Duche 200	PRAT. SALAO	2	0	06-2015	-	
5800326	A Derma Higiene Dermalibour Gel Espuma	PRAT. SALAO	0	0	05-2015	-	
5936518	Abcderm Bioderma Cold Cream Creme Lava		1	0	10-2017	-	
5337951	AC FOLICO GENERIS COMP 5 MG X 60	Desconhecido	3	0	05-2015	-	
5110150	Acarbose MG 100 mg x 60 comp FARMOZ	GAVETA 45	0	0	05-2015	-	
5694414	Accutrend Cholest Tira Sangue Colest X 25	GAVETA 83	1	0	06-2015	-	<u> </u>
5745927	Accutrend Triglic Tira Sangue Triglicer X25	GAVETA 83	3	0	05-2015	-	
5805288	Aceclofenac 100 mg x 20 comp ALTER	INTERIOR 01	1	0	04-2015	-	
5392667	Aciclovir ZENTIVA 800mg 35comp disp	Desconhecido	1	0	11-2015	-	
5062153	Acido Alendronico 70mg x 4comp MG KERN	GAVETA 45	2	0	07-2015	-	
5752480	Ácido Alendrónico MG 70 mg x 4 comp MYL	GAVETA 45	0	0	06-2015	-	•
7377242	Advancis Candicap 40caps	Desconhecido	1	0	07-2015	-	
7374181	AERO BIO ADULTO SAQ X 14	INTERIOR 04	0	0	06-2015	-	
5212340	AERO OM DUO COMP 50MG X 20	Desconhecido	0	0	05-2015	-	:
5215640	AF24 PO CALCADO PO PROBIOTICO 100G	Desconhecido	18	0	05-2015	-	
5215475	AF24 SPRAY SPRAY 35 ML	Desconhecido	9	0	08-2015	-	
5611848	Agulha Rr Agulha 25/8/10 x	ARMARIO BALCAO	9	0	06-2015	-	
1062568	Agulha Sterican Irrecup 30/11	INTERIOR	93	0	03-2015	-	
7347112	Air Lift Caps Halito Frsco X 40 x	INTERIOR 04	1	0	07-2015	-	
6159996	ALOCLAIR PLUS SOL OR 60 ML	MONTRA	1	0	06-2015	-	
5499991	ALPRAZOLAM LABE 1mg 40 COMP LM	GAVETA 45	0	0	05-2015	-	
	Amlodipina Alter MG 10 mg x 60 comp	GAVETA 46	7	0	09-2016	_	
4017083		GAVETA 68	0	0	05-2015	_	
5201496	Amlodipina Labesfal 5 mg Comprimido Blist	GAVETA 68	0	0	04-2015		
5010285	Amlodipina Wynn MG 10 mg x 60 comp		1	0	05-2015		
5490289	Amox.+Ac.Clavul.RATIOPHARM 400/57mg	GAVETA 97	12				
3635588	Amox.+Ac.Clavul.RATIOPHARM 875+125m	INTERIOR 01		0	10-2016		
3634482	AMOXI CLAV MYLN G COMP REV 875+125	GAVETA 68	0	0	07-2015	<u> </u>	
2562684	Amoxicilina e Ácido Clavulânico Sandoz Com	†	2		06-2015	-	
9767814	Ansiten 5 mg x 60 comp	GAVETA 3	1	0	09-2016	<u> </u>	·
7381855	ANTISTAX COMP X 60	Desconhecido	10	0	04-2015	-	ļ
7380725	Aptamil 1 Leite 400gr	Desconhecido	3	0		-	
7358002	Aptamil Ar 1 Leite Anti Regurgit 800gr	LEITES E FARINH	2		05-2015	-	
7357970	Aptamil Confort 2 Leite Lactente 800gr	LEITES E FARINH	1	0		-	
5282132	ARANKA G COMP REV 3+0,03 MG X 63	Desconhecido	6	0	06-2015	-	<u>.</u>
5370127	Arankelle 3 mg + 0.02 mg comp rev 21	Desconhecido	11	0	07-2015	-	
7324327	ARKOCAPSULAS CAPS CARDO MARIANO X	Desconhecido	1	0	04-2015	-	
7319970	Arkocapsulas Caps Cha Verde X 50 x	GAVETA 68	0	0	05-2015	-	
3729688 .	ASSIEME TURBOHALE INAL 80+4,5MCG/D	GAVETA 68	2	0	07-2015	-	

sábado, 23 de maio de 2015

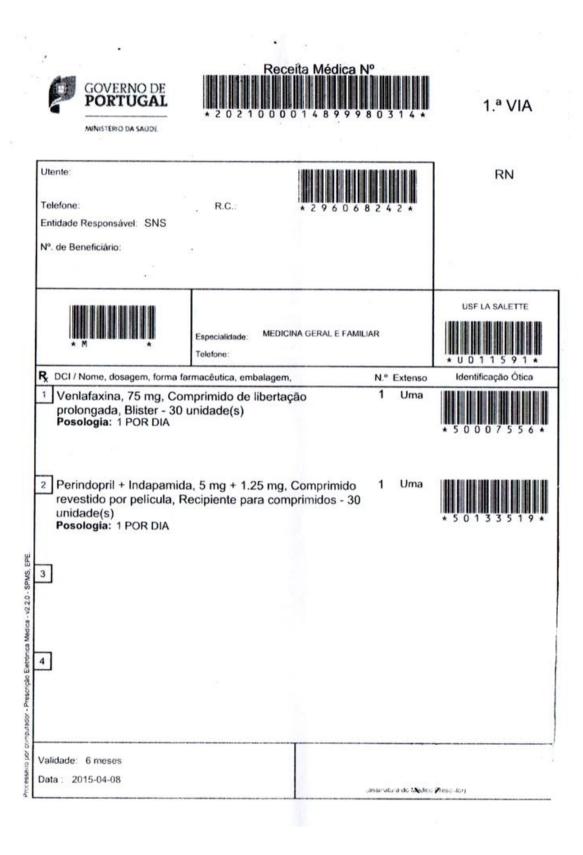
Desenvolvido por: 4DigitalCare, Lda

Pág. 1 de 10

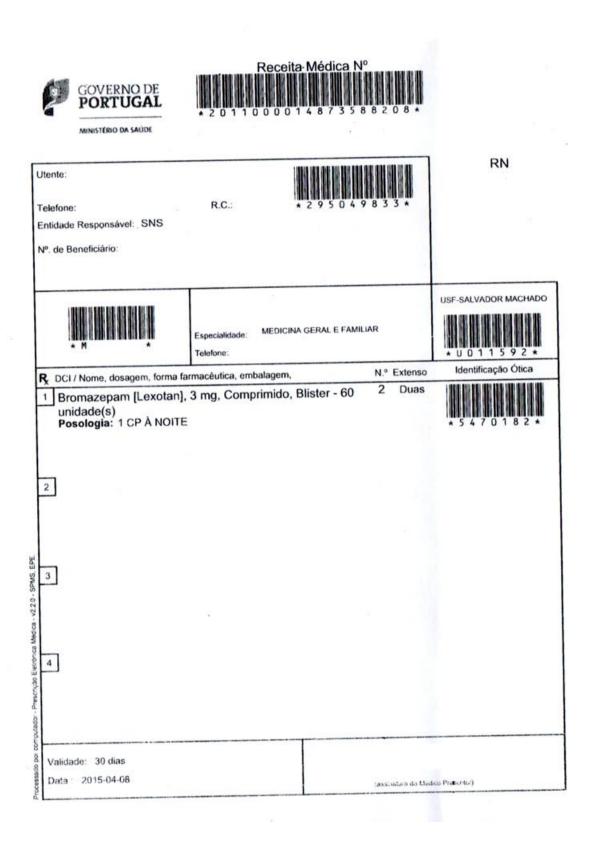
ANEXO G – Receita Médica Manual

GOVERNO DE PORTUGAL Ministério da Saúde	Receita Médica N 80100000018	17988901
Utente: N.º de Utente: Telefone: Entidade Responsável:	R. C.:	RECEITA MANUAL Exceção legal: a) Falência informática b) Inadaptação do prescritor c) Prescrição no domicílio d) Até 40 receitas/mês
D Dr	Especialidade: MEDICINA DENTÁRIA Telefone:	Vinheta do Local de Prescrição
Auxiciliac + AC. C	macéutica, embalagem	N.º Extenso
Posologia 1 CP 12/12h 2 Nimed 1004 Cx208 Nuedida 1004.C1 Posologia 1 CP 8/8h		1
Panadol Extra.		· -
Posologia 1 6 cu s	igS .	
Validade: 30 dias Data: 2015 / 04/ 05 (aaaa/mm/dd)		(assinatura do Médico prescritor)

ANEXO H – Receita Médica Eletrónica Renovável

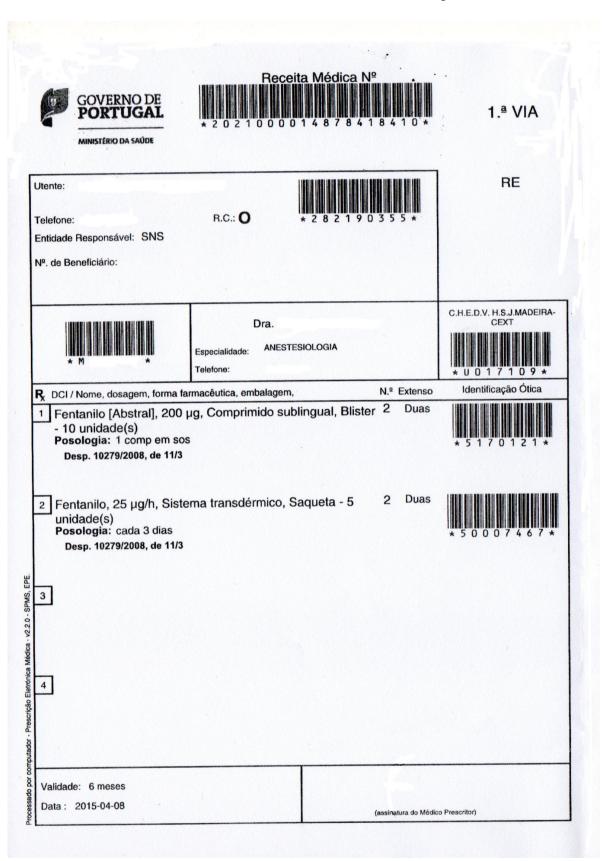


ANEXO I – Receita Médica Eletrónica Não Renovável



-	PORTUGAL INISTÉRIO DA SAÓDE	* 10210	00004694959021*	2.ª VIA
Utente: Telefone; Entidade Re Nº, de Bene	esponsável: SNS ficiário:	R.C.:		RN
• •		Especialidade:		C.H.P. H.S.ANTONIO-CEX
1 Levotii 60 unii Posolo Except 2 Bromo unidad	roxina sódica [Le dade(s) ogia: 1 cp e um qu lo a) do n.º 3 do art. 6.º ocriptina [Parlode	etter], 0.1 mg, Co	erimido, Blister - 2 Duas	*9434126*
1 Levotii 60 unii Posolo Exceçă 2 Bromo unidad Posolo Exceçă	roxina sódica [Le dade(s) ogia: 1 cp e um qu lo a) do n.º 3 do art. 6.º ocriptina [Parlode de(s)	etter], 0.1 mg, Co	erimido, Blister - 2 Duas primido, Blister - 30 2 Duas	* 9 4 3 4 1 2 6 * * 9 4 7 8 2 0 6 *
60 unic Posolo Except 2 Bromo unidad Posolo	roxina sódica [Le dade(s) ogia: 1 cp e um qu lo a) do n.º 3 do art. 6.º ocriptina [Parlode de(s) ogia: 2 cp por dia	etter], 0.1 mg, Co	erimido, Blister - 2 Duas primido, Blister - 30 2 Duas	*9434126

ANEXO K – Receita Médica Eletrónica com Despacho



ANEXO L – Verso de Receita Médica

	Farmácia Santiago Código ANF - Contr. № 188487492
	Dir. Téc. Dra.Rosalina Teixeira da Silva
	Benefic.: 2015-04-08 . 01 - SNS . T . 36
	Prod. PVP PRef. Qt Comp Utente
	1) *9702407* Claritine 10 mg x 20 comp 6.55 3.83 1 1.42 5.13
	2) *5739081* Azitronicina Teva NG 500 ng x 3 con 4.84 3.89 1 2.68 2.16
	4.84 3.89 1 2.68 2.16 Totais: 11.39 2 4.10 7.29
	Declaro que:
	me foran dispensadas as 2 embalagens de medicamentos constantes da receita e
	prestados os conselhos sobre a sua utilização.
	Direito de opção: [1, 2] exerci o direito de opção para
	medicamentos con preço superior ao 5.º mais barato
	Assinatura do Utente:
J	, ^
PARAMANA TOSTA	INTIAGO 8 04 ZOIS
FARMÁCIA TOP SA	INTIAGO 8 04 2015
E-Sincy	

ANEXO M – Verbete de Identificação de Lote

Verbete de Identificação de Lote

Carimbo da Farmácia

Farmácia Santiago Cód.Farmácia:

Entidade:

ARS Norte IP

Plano Comp.: 01 - SNS

Mês - Ano

04-2015

Lote			
Tipo	Nº Seq.		
10	16		

Totais						
Receitas Etiq. PVP Utente Organism						
30	60	622,76	333,71	289,05		

Ordem	Nº Receita	Via	Loja	Util.	Receita	Etiq.	PVP	Utente	Organismo
1	2021000014241496825	2	1	Т	5	1	8,54	4,14	4,40
2	2011000014241497201	1	1	Т	4	1	3,74	1,04	2,70
3	2021000013098217728	2	1	Α	10	1	48,21	30,37	17,84
4	2011000014488385105	1	1	Α	13	1	4,82	1,83	2,99
5	2011000014788273009	1	1	Α	14	3	13,41	8,45	4,96
6	2021000012849642537	3	1	Т	16	2	5,13	2,23	2,90
7	1021000014737901110	1	1	Т	17	1	14,09	12,87	1,22
8	2011000014297143509	1	1	Т	7	2	8,99	3,89	5,10
9	2021000013777353123	2	1	Т	23	1	4,84	2,99	1,85
10	2021000013777353131	3	1	Т	24	1	4,84	2,99	1,85
11	2021000011684127929	2	1	Α	9	1	3,54	2,27	1,27
12	2021000014155252525	2	1	Α	7	4	35,20	16,84	18,36
13	2021000011684060330	3	1	Α	8	3	19,53	6,87	12,66
14	2021000014297003719	1	1	Т	8	4	68,66	33,46	35,20
15	2011000014783314107	1	1	Α	11	2	16,20	10,08	6,12
16	2021000009789472339	3	1	Т	23	3	66,51	44,87	21,64
17	2021000010942566322	1	1	Т	19	3	62,83	14,64	48,19
18	2021000012241469430	3	1	Т	25	3	30,31	12,03	18,28
19	201100001480341400	1	1	Α	19	4	28,23	17,51	10,72
20	1021000012561469424	2	1	Т	26	1	4,21	1,64	2,57
21	2021000011531934615	1	1	Α	21	3	15,12	8,46	6,66
22	2011000014802009301	1	1	A	22	1	3,26	1,01	2,25
23	2011000014698882708	1	1	Т	28	3	29,00	18,16	10,84
24	2021000014297083616	1	1	Т	9	3	15,84	7,61	8,23
25	2011000014492673804	1	1	V	28	1	8,40	5,48	2,92
26	2021000013874990917	1	1	F	18	2	67,03	43,08	23,95
27	2021000011822078628	2	1	A	6	1	9,96	6,86	3,10
28	2011000014650596702	1	1	Т	10	2	9,32	6,44	2,88
29	2021000013032699824	1	1	V	27	1	4,78	3,50	1,28
30	1021000011419458826	1	1	F	31	1	8,22	2,10	6,12
						60	622,76	333,71	289,05

Desenvolvido por: 4DigitalCare, Lda